

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



**O CASO LÍBANO-BRASIL E A UNIFIL:
“O LÍBANO É MUITO BRASILEIRO E O BRASIL É MUITO ÁRABE”**

NATÁLIA TURY GUIMARÃES NASCIMENTO

ORIENTADOR: MÁRCIO ANTONIO SCALERCIO

Rio de Janeiro

2021.2



Natália Tury Guimarães Nascimento

**O Caso Líbano-Brasil e a UNIFIL:
“O Líbano é muito brasileiro e o Brasil é muito árabe”**

Monografia apresentada ao Instituto de
Relações Internacionais da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro
(PUC-Rio) como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Márcio Antonio Scalercio

Rio de Janeiro

2021.2

*Para as mulheres da minha vida: Denise e Letícia,
por todo amor e confiança.*

Agradecimentos

Agradeço à minha família por todo suporte durante a minha educação. Por todas as caronas até o ponto de ônibus quando ainda era madrugada para que eu pudesse atravessar o Rebouças e chegar no primeiro horário da manhã. Obrigada por toda paciência nesses últimos vinte e três anos. À minha mãe, Denise, por nunca medir esforços para me proporcionar a melhor educação e suporte. Sem você, eu não seria eu. Obrigada por todos os dias em que foi trampolim para a minha felicidade, por me encorajar a atravessar o oceano e a estudar todos os dias, “porque isso ninguém tira de você, minha filha”. Eu te amo além de mim. Ao meu pai, Telmo, por me apoiar, dizer que eu seria boa em qualquer caminho que escolhesse e por sempre acreditar. À minha irmã, Letícia, que é a melhor pessoa que eu conheço e que me ensina mais do que imagina, todos os dias. Que sempre me apoiou na jornada acadêmica e na vida, por acreditar todos os dias em mim. Obrigada por revisar todos meus trabalhos com toda paciência do mundo. Espero ser metade do que você é, Lê. Você sempre será minha inspiração, *big sis!* Ao meu avô, Jacy, por proporcionar meus estudos na melhor faculdade de RI do país. Nada disso seria possível sem você, vô. Obrigada por ter sido usina hidrelétrica, por “formar a estrutura para que a força emane de mim para os outros, meus descendentes.” À minha avó, Cléa (*in memoriam*) por ter sido a avó mais carinhosa e amável, espero que você esteja olhando por mim daí de cima, sinto tanto a sua falta... Ao Patrick Majela, por toda torcida, apoio e carinho.

Gostaria de agradecer aos presentes que a graduação me deu, como a Manuela Agrello que, de dupla de pesquisa do PET se tornou minha metade loira da vida. Obrigada por cada conversa e suporte, amiga. À Vitória Caroline que estava comigo em cada surto para fazer trabalho, em cada pausa para o café e em cada madrugada lendo textos difíceis, seu jeito amiga de ser foi crucial para sobreviver a esses quatro anos. Muito obrigada, Vit. Ao Ronaldo Raposo, que sempre me tirou gargalhadas homéricas de coisas triviais e isso é um dom. Só você sabe o quanto nos divertimos nessa troca, muito brigada por cada desabafo exausto e crise de riso. Aos amigos: Maria Júlia e João Vitor, obrigada pelas coquinhas geladas e palhaçadas depois da aula. Todos vocês tornaram esse caminho puquiano definitivamente, inesquecível.

Obrigada a todos que conversei nos pilotis, essas trocas de ideia me fizeram amar a graduação e me fizeram apaixonadamente filha da PUC. As espremeidas entre aulas não seriam tão boas sem vocês. À Camila Amigo, que se tornou uma grande amiga e confidente nos momentos mais desesperadores da pesquisa. Obrigada por me escutar com tanta paciência até hoje. Gostaria de agradecer a amiga Joana Vasconcelos, que nunca desistiu de experimentar o gostinho da iniciação científica e sempre dividiu isso comigo. Aos colegas e tutores do PET/IRI que proporcionaram um ambiente de aprendizado fundamental para o resultado deste trabalho.

Agradeço ao colega e monitor, Luis Felipe Herdy, por me indicar o curso do GEPOM sobre Líbano e agradeço à professora Muna Omran pela atenção e pelos conhecimentos adquiridos para a escrita da monografia.

As minhas amigas, *my sweet magnolias*, Isabelle Freitas e Yaisa Lima, que sempre ouviram as peripécias sobre a graduação, buscando entender cada termo estranho e conflito internacional. Por terem escutado cada áudio de seis minutos no whatsapp e pela presença constante na minha vida. À Amanda Frazão, amiga da vida que está sempre por perto e que me apoiou desde a primeira apresentação de pesquisa, se deslocando para a Gávea debaixo de uma chuva torrencial – isso que é amizade. Obrigada por acreditar em mim e me apoiar desde a época que a gente sonhava em sair do ensino médio para a nada-glamourosa-vida de universitária. À minha amiga e futura internacionalista, Beatriz Campos com quem tenho conversas e discussões sobre a teoria da interdependência até hoje; obrigada pelo seu suporte e acolhimento de sempre. À Aline Nemitz que me ajudou com a bibliografia da minha primeira pesquisa acadêmica e que se tornou mais uma amiga internacionalista, juntamente com a Victoria Cardoso. Obrigada, meninas, pela companhia no evento da Konrad Adenauer! Agradeço ao Felipe Queiroz que se tornou um grande amigo. Obrigada pela parceria, pelo carinho e por ter continuado na minha vida – essa amizade foi um negócio da China!

Em especial, ao professor Ricardo Oliveira, que desde o início da graduação se fez presente nos projetos que tive interesse, no estágio voluntário no CIASC e durante as disciplinas da graduação, obrigada pelo apoio e dedicação. À professora Isabel Siqueira que, desde o início do PET insistiu no potencial de

crescimento e amadurecimento que eu poderia ter como pesquisadora; pelo incentivo e mentoria que foram cruciais para a reta final nessa trajetória, meu muito obrigada por me ensinar o lema de pesquisa: “amor com rigor”. À professora Manuela Trindade, por todo esforço em me auxiliar no tema do presente trabalho, por sua paciência e dedicação como coordenadora e professora de monografia. Obrigada por cada e-mail respondido e por toda atenção! E, principalmente, ao meu orientador Márcio Scalercio que, além de me acompanhar no trabalho final, confiou a mim o trabalho de monitoria e me proporcionou os melhores dois anos da minha graduação – mesmo que em meio a uma pandemia. Muito obrigada por toda dedicação, desde as aulas de guerra e paz à minha orientação. Mesmo que tente impor uma marra de ranzinza para os calouros, você é o professor mais *tchury* do IRI, saiba disso!

Sinto que tenho as melhores pessoas do mundo comigo. E isso basta. Muito obrigada por fazerem parte deste capítulo da minha história!

Resumo

As relações históricas entre o Líbano e o Brasil montam um cenário cultural, diplomático e militar marcado por uma política externa brasileira engajada nos debates de potência responsável. O crescente número de libaneses no território brasileiro o histórico de guerras civis no Líbano, especialmente a de 2006, são fatores de influência para a participação brasileira nos conflitos libaneses. Além disso, a política externa do governo Lula, a diplomacia de Celso Amorim e o engajamento militar da Marinha do Brasil no comando de uma Força Tarefa da ONU, são elementos que devem ser avaliados no contexto de mobilização de auxílio na resolução do conflito libanês e na manutenção da paz. A UNIFIL é uma missão de paz, mas também uma ferramenta política e militar capitalizada pelo Brasil com objetivo de ampliar o prestígio no cenário internacional. Dessa forma, o presente trabalho objetiva compreender e refletir como a política externa brasileira foi mobilizada para atingir um interesse político brasileiro diante do sistema internacional, ou seja, uma capitalização da imagem do Brasil por meio do aparato militar: a UNIFIL.

Palavras-chave: Líbano, Brasil, UNIFIL, aparato diplomático, aparato militar, política externa

Sumário

Introdução.....	12
Marco Teórico.....	14
Metodologia.....	18
1. Histórico dos Conflitos Libaneses.....	20
1.1 As Guerras Civas: origens e desdobramentos.....	20
1.2 O papel do Hezbollah no Líbano.....	23
2. A UNIFIL no terreno libanês.....	27
2.1 A UNIFIL.....	27
2.2 O Brasil na UNIFIL.....	29
2.3 A Política Externa Brasileira e o Discurso de Potência Média Responsável.....	35
3. Os aparatos: diplomático e militar.....	38
3.1 Aparato diplomático brasileiro no Líbano.....	48
3.2 Aparato militar brasileiro na UNIFIL.....	45
3.3 A saída do Brasil da UNIFIL.....	48
Conclusão.....	49
Referências Bibliográficas.....	50

Lista de Abreviações e Siglas

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

CICV – Comitê Internacional da Cruz Vermelha

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

DPKO – Departamento de Operações de Manutenção de Paz

FA – Forças Armadas

FAB – Forças Aérea Brasileira

FDI – Forças de Defesa de Israel

FTM – Força Tarefa Marítima

F45 – Fragata União

MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti

OLP – Organização para Libertação Palestina

OPs – Operações de Paz

R2P – Responsabilidade de Proteger

UNIFIL – Força Interina das Nações Unidas no Líbano

UNRWA – Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos

Lista de Gráficos e Figuras

Gráfico 1: Média do Número de Pessoal Brasileiro Uniformizado em Operações de Paz de 1990 a 2016..... 16

Figura 1: Esquema de Organização da Entrada em Missões de Paz20

Imagem 1: Modelo da Aeronave Hércules C-130 da Força Aérea Brasileira.....23

Figura 2: Esquema sobre interesses do Brasil da UNIFIL23

Cronologia das Guerras Civis no Líbano e a UNIFIL

1948 – Fluxo de refugiados palestinos para o Líbano e início da Primeira Guerra Árabe-Israelense

1969 – Assinatura dos Acordos do Cairo

1975 – Início da Guerra Civil Libanesa

1976 – Desdobramentos do conflito: Liga dos Estados árabes envia o contingente militar Força árabe de Dissuasão

1978 – A UNIFIL como Força Provisória das Nações Unidas no Líbano é aprovada pela Resolução nº426 do CSNU e tinha como objetivo assegurar a retirada das tropas israelenses do Líbano e reestabelecer paz e segurança do território, além de fortalecer a autoridade das forças policiais libanesas

1982 – Fase mais sangrenta da guerra civil: morte de Gemayel, invasão israelense, Massacre de Sabra e Chatila e fundação do Hezbollah

1989 – Assinatura dos Acordos de Taif por parte das milícias da Guerra Civil

1992-1998 – Hariri assume o mandato como primeiro-ministro

1993 – Ataques israelenses contra o Líbano para eliminar o Hezbollah e guerrilheiros palestinos

1994 – A Sociedade Libanesa para o Desenvolvimento e a Reconstrução (SOLIDERE) é fundada

2000 – Hariri é reeleito e Israel retira suas tropas do sul do território libanês

2004 – Lahoud tem seu mandato prorrogado por três anos pelo Parlamento e Hariri renuncia

2005 – Hariri é assassinado por meio de um ataque com carro-bomba que mata inocentes e deixa centenas de vítimas feridas, ano de início da Revolução dos Cedros e, por consequência desses protestos populares as tropas sírias deixam o Líbano

2006 – Início da Guerra Civil de 2006: dois soldados israelenses são sequestrados pelo Hezbollah e, como resposta, Israel ataca o Líbano. O CSNU aprova uma nova Resolução nº1.701 que aumenta o número de tropas da UNIFIL, passando de Força Provisória para Força Interina das Nações Unidas no Líbano

2007 – Forças libanesas ocupam o controle do campo de refugiados palestinos de Nahr al-Bared

2008 – Líbano e Síria tratam acordos diplomáticos para cessar conflitos, os Estados Unidos concordam em entregar tanques para o exército libanês e a Rússia fornece dez aviões de combate

2009 – Três foguetes libaneses atingem o norte de Israel e Sinióra condena os ataques, Saad Hariri, filho de Rafiq Hariri, assume o cargo de primeiro-ministro

2011 – Em outubro, o CSNU inclui um comando naval para auxiliar na UNIFIL, a Força Tarefa Marítima sob liderança da Marinha do Brasil que envia trezentos militares e incorpora uma fragata nacional, a Fragata União

2020 – Explosão no porto de Beirute causado por um incêndio em um depósito que armazenava nitrato de amônio tira a vida de mais de duzentas pessoas e mais de seis mil feridos

Introdução

O histórico dos conflitos civis no Líbano não é uma pauta recente: é possível resgatar a imagem da Guerra Civil Libanesa de 1975, que envolveu uma série de protagonistas externos, como Síria, Arábia Saudita e Israel. Por isso, a existência de uma missão de paz no Líbano não é uma novidade, mas uma herança de 1978 com a Resolução 425 e 426 do Conselho de Segurança das Nações Unidas que criaram o estabelecimento imediato da Força Provisória das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

Nos anos setenta, havia uma tensão na fronteira entre Israel-Líbano que decorria das ações palestinas contra Israel e na contenção israelense contra as bases dos palestinos no Líbano. Com isso, no dia 11 março de 1978, ocorreu um ataque em Israel que gerou um número considerável de feridos e mortos da comunidade israelense e a Organização para a Libertação Palestina (OLP) assume a responsabilidade do ato. A fim de responder à essa medida, os israelenses ocupam a parte sul do Líbano na madrugada do dia 15 de março. A reação do governo libanês mobilizou os esforços diplomáticos para enfrentar a invasão israelense, alegando sua inocência no que tange a operação comandada pelos palestinos: assim surgem as Resoluções 425 (1978) e de 426 (1978). O primeiro conjunto de tropas da UNIFIL adentram o Líbano no dia 23 de março de 1978.

Diante do quadro acima exposto, esta pesquisa busca analisar o engajamento do Brasil no terreno de operações do Líbano. Mais precisamente, debruça-se sobre a Segunda Guerra Civil do Líbano de 2006 e a posterior participação do Brasil na crise que se desencadeou com o fracasso da empreitada israelense contra as forças do Hezbollah, com a qual o Líbano sofreu a maior parte das consequências – principalmente no que tange a infraestrutura do país, impacto econômico e morte de muitos civis. Calcula-se que o ataque israelense ao território libanês tenha gerado a morte de mais de 1.200 civis e mais de 4.000 feridos (MEIHY, 2018, p. 120).

Ainda em 2006, o Conselho de Segurança das Nações Unidas continua a renovar o mandato da UNIFIL – esforço que contou com ampla participação do Brasil. Neste momento do mandato, o objetivo da operação era *retirar e garantir* a evasão das forças israelenses em parceria com o governo libanês. Porém, somente

em 2011, o Conselho de Segurança decide incluir um comando naval para auxiliar a missão de paz da UNIFIL sob a liderança da Marinha do Brasil, a Força Tarefa Marítima (FTM). A incorporação da Fragata União (F45), em novembro do mesmo ano, foi um evento marcante para a Marinha brasileira e, conseqüentemente, para o aparato militar brasileiro porque foi o primeiro navio de guerra da Marinha a ser incorporado em uma operação de paz da ONU. A partir deste elemento militar, o F45, segundo a publicação do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, “contribuirá para elevar o nome do Brasil no cenário internacional.”¹ Somado a Fragata União, para comandar a FTM, foi enviado o contra-almirante Luiz Henrique Caroli e um contingente com cerca de trezenos militares da marinha brasileira (BRASIL, 2011). A incorporação do navio reitera a contextualização da UNIFIL como um marco para a atuação da ação diplomática do Brasil. A missão se sobressai das outras porque é a primeira missão de paz da ONU e do Brasil no cenário marítimo.

O engajamento diplomático intenso encontrou, na crise libanesa de 2006, um outro ator brasileiro de relevo no Líbano: o aparato militar, presente por meio da UNIFIL. As relações diplomáticas entre Líbano e Brasil na época representadas algumas vezes pelo contato entre Fouad Siniora² (primeiro-ministro do Líbano) e Celso Amorim (ministro das relações exteriores do Brasil) eram promissoras. Pelo lado brasileiro, havia um apoio relevante ao governo libanês e, mais do que isso, era muito presente o discurso diplomático de que o Brasil seria um ator comprometido tanto no âmbito *humanitário* como no *político*. Um exemplo desse comprometimento com o governo libanês é ilustrado por meio da conferência de doadores em Estocolmo, de 31 de agosto de 2006, em que o Brasil entrou como doador com uma quantia simbólica para imprimir sua preocupação e depois ampliou em parte o valor para contribuir com a reconstrução do Líbano (AMORIM, 2015, p. 197).

O *status* brasileiro no sistema internacional, como líder da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL, colocou o país como um ator responsável internacionalmente

¹ Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/cgcfm/unifil> Acesso em: 24 out. 2020.

² Foi uma figura de destaque durante o conflito com Israel, segundo Amorim “Foi ele (muito mais do que o presidente Lahoud) a “cara” do Líbano para o mundo.” (AMORIM, 2015, p. 196)

com as atribuições de contribuir para *manter* a paz, *garantir* a transição política e *combater* o comércio ilegal de armas.

Em 2020, a FTM da UNIFIL completa nove anos de comando pelo Brasil e parece estar terminando. Alguns fatores são importantes para elucidar essa retirada, que é estudada desde 2019: o corte orçamentário do Ministério da Defesa do Brasil, o posicionamento político do presidente Jair Bolsonaro em relação ao Hezbollah e, por fim, a pandemia do COVID-19. Em relação ao âmbito político, é importante analisar os discursos dos líderes políticos atuais e seu posicionamento internacional: Bolsonaro se aproxima de Israel, tomando um lado do conflito, fazendo com o que o Brasil perca seu *status* histórico – gradualmente construído principalmente nos governos anteriores, como na gestão do Gaisel, com o diplomata Azeredo da Silveira.

O Conselho de Segurança da ONU, em agosto de 2020, renova o mandato da UNIFIL até 2021 com uma diminuição do número de tropas autorizadas de 15.000 para 13.000, segundo a Resolução 2530 (2020), tomando medidas temporárias e especiais no apoio ao Líbano após a explosão em Beirute em agosto do mesmo ano.

A mudança do cenário político influencia fortemente a presença e atuação brasileira no âmbito internacional. A pandemia do coronavírus também dificulta a ação da UNIFIL e do treinamento dos contingentes, de modo que as medidas sanitárias são aumentadas, a atuação dos militares é reduzida. Com isso, a operação das tarefas é dificultada, mostrando um possível novo cenário na atuação diplomática do Brasil no Oriente Médio como ator mediador responsável.

À luz dos elementos apresentados nesta seção, a pesquisa buscará responder à seguinte pergunta: como o engajamento dos aparatos diplomático e militar na Guerra do Líbano foi capitalizado na promoção de uma imagem internacional do Brasil como “potência responsável”?

Marco Teórico

Cheibub (1985) argumenta que, ao longo da formação do Estado brasileiro, é possível observar um enfático fortalecimento da atuação do Ministério das Relações Exteriores, principalmente no que tange à capacidade de controle dos diplomatas sobre a condução da atuação internacional brasileira e o controle de sua

formação nacional. Nesse sentido, os diplomatas como atores e tomadores de decisão moldaram uma autonomia crescente em relação ao sistema social e a segmentos do Estado, capacitando maior iniciativa e capacidade de ação na atuação internacional do Brasil.

Para além dos diplomatas e de suas conquistas expressivas nos fóruns internacionais, havia uma alienação histórica do Brasil em relação a temas de política externa. A brecha da política externa mal administrada por membros do congresso produziu uma confiança da temática estrangeira estritamente aos diplomatas, de modo que depositavam sua confiabilidade no Itamaraty e assinavam tratados ainda que, sem questionar muitos itens, apenas confiavam na competência e reputação dos negociadores. No entanto, a agenda de política externa brasileira se consolidou de forma positiva, conferindo ao Brasil um reconhecimento importante no sistema internacional e o status de uma potência responsável.

No campo da filosofia, o reconhecimento é entendido como uma necessidade humana vital que precisa ser conhecida, compreendida e afirmada. Essa necessidade por reconhecimento se manifesta não só no desejo de ser reconhecido, mas é crucial para uma identidade de desenvolvimento, seja de indivíduos, Estados ou grupos (ADLER-NISSEN; ZARAKOL, 2020, p.7). Sendo assim, é imprescindível tratar como instrumento fundamental a política externa e o reconhecimento dos países diante do sistema internacional.

Segundo Adler-Nissen e Zarakol, a ordem internacional liberal não é formada apenas por um sistema de regras e instituições, mas também uma ordem de reconhecimento (2020, p. 28). Tal ordem de reconhecimento gera, inevitavelmente, descontentamentos aos Estados em diversos espaços, a falta de reconhecimento ou a necessidade de tê-lo. As disputas por reconhecimento são complexas pelo fato de que é quase impossível obter o reconhecimento genuíno de outros atores (2020, p. 9).

Partindo do campo das teorias de Relações Internacionais sobre o equilíbrio de poder, é possível afirmar que as hierarquias que existem no sistema internacional são sobrepostas por uma hierarquia social. A hierarquia social diz respeito aos Estados que são divididos de acordo com o nível de status conferido a eles através do reconhecimento social de terceiros (MATTERN; ZARAKOL, 2016,

p. 638). Desse modo, o status social condiciona o comportamento e as decisões dos Estados dependendo de sua posição no sistema: quanto maior o reconhecimento por outros atores, maior o prestígio internacional. Assim, o almejo brasileiro de conquistar o status de potência média responsável parece ser de extrema importância para sua ascensão e manutenção de poder no sistema internacional. Uma vez que os Estados dependem do reconhecimento de outros atores e devem se manter na hierarquia social, a articulação dos aparatos militar e diplomático do Brasil durante a Guerra do Líbano parece razoável no que tange à manutenção na tal hierarquia social.

Como consequência da necessidade de ser reconhecido no sistema internacional por meio de decisões políticas, econômicas e sociais, o Brasil busca inserir-se como uma potência emergente responsável. Esse conceito de potência média responsável é recorrente para indicar países semiperiféricos, em desenvolvimento ou potências regionais, por exemplo. Assim, o conceito visa apontar o posicionamento médio dos países no plano internacional, a depender do período histórico e da polarização política do sistema internacional.

Carsten Holbraad (1984) ressalta algumas características possíveis para auferir o conceito de potência média a um país: primeiro, um Estado com *lugar intermediário* na hierarquia de poder do sistema internacional; segundo, um Estado localizado no *centro* de uma região relevante; terceiro, um Estado situado entre *dois grandes centros de poder* concorrentes; e, quarto, um Estado construído entre *civilizações distintas* (HOLBRAAD, 1984, p. 69).

De acordo com Cason e Power (2009), a política externa de transição do governo FHC para Lula foi marcada por duas tendências políticas: *pluralização de atores* e o *advento da diplomacia presidencialista*. No governo de FHC, a pluralização de atores já era uma pauta na agenda uma vez que o ex-presidente realizou esforços para aumentar o multilateralismo em sua gestão. Com a eleição de Lula, as tendências se fortalecem.

Juntas, as duas tendências representam um quebra-cabeça analítico, uma vez que na superfície elas são mutuamente contritórias. Como pode haver pluralização e personalização ao mesmo tempo? Parte da resposta a esse quebra-cabeça está no status quo, na **autonomia história do Ministério das Relações exteriores** (CASON; POWER, 2009, p.119, tradução minha, ênfase minha).

Isto é, a diplomacia da era Lula irá reforçar o modo de reconhecimento internacional e aumentar os esforços na projeção de sua política externa. A construção de uma diplomacia cultural, por exemplo, acentua um status de potência – uma vez que funciona como um instrumento de *soft power*. Em tradução livre para “poder brando”, podemos entendê-lo como um poder que vai além da influência, mas como um poder de persuasão. De acordo com Joseph Nye (2005), *soft power* é “a capacidade de influenciar os outros para que façam o que você quer” (p. 4, tradução minha) de modo que a persuasão se torna tão eficaz que o outro tende a atrair-se pelo argumento sugerido. É um instrumento para cooptar ao invés de coagir (Ibid., p. 4).

O Brasil compreendeu essa narrativa de forma positiva, pois desde 1920, investe em uma diplomacia que aposta fortemente no intercâmbio comercial e intelectual em benefício ao país, marcando a ação cultural como parte da agenda do Itamaraty (FLÉCHET, DUMONT, 2014, p.205). A diplomacia cultural como um dos planos de projeção de reconhecimento e de estratégia econômica, se torna mais enfática a partir dos anos sessenta, quando o Itamaraty agrega uma dimensão mais popular à cultura nacional (FLÉCHET, DUMONT, 2014, p. 216).

Somado a isso e à luz dos estudos de Edward Said (2007), ao tratar do Oriente, devemos tomar cuidado para não assumir uma postura orientalista, contaminada de pré-conceitos tradicionais que adotaram os franceses e britânicos, especialmente, sobre o Oriente. De acordo com o autor, *orientalismo* é:

(...) um modo de abordar o Oriente que tem como fundamento o lugar especial do Oriente na experiência ocidental europeia. O Oriente não é apenas adjacente à Europa; é também o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias europeias, a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma de suas imagens mais profundas e mais recorrentes do Outro (SAID, 2007, p. 27).

Isto é, a premissa de que o “Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) com sua imagem, ideia, personalidade, experiência contrastantes.” e, mais do que isso, o orientalismo “expressa e representa essa parte em termos culturais e mesmo ideológicos, num modo de discurso baseado em instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias e estilos coloniais.” (Ibid., p. 28). Sendo assim, precisamos reconhecer de onde vem cada discurso quando falamos sobre o Oriente, pois segundo Said, (2007) normalmente estamos

utilizando a lente teórica orientalista de em que há uma diferenciação ontológica e epistemológica entre o Oriente e o Ocidente

Portanto, é a partir dos estudos de política externa, status e reconhecimento sobre potência média no sistema internacional que o projeto visa compreender o caso de interesse do Brasil no Oriente Médio. Além disso, analisando o *por quê* de capitalizar via a FTM da UNIFIL e Itamaraty. Em primeiro lugar, uma das chaves para pensar o engajamento diplomático é dado por meio do incentivo do *soft power* histórico do braço diplomático no Brasil. Em segundo, a Marinha Brasileira como referência de competência em suas missões de paz a partir do portfólio, por exemplo, da **Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti** (MINUSTA) em 2004, quando o Brasil teve destaque como ator no apaziguamento do conflito. Por fim, como se deu essa articulação por meio da política externa brasileira.

Metodologia

A pesquisa busca compreender como os aparatos militar e diplomático foram articulados pela política externa brasileira a partir da Guerra no Líbano de 2006. Nesse sentido, o histórico de conflito no Líbano, especialmente em 2006, servirá de estudo de caso para analisarmos a capitalização feita, pelo Brasil, do referido conflito para promover a imagem de uma potência responsável no cenário internacional. Como vimos na seção anterior, a Guerra do Líbano foi um momento-chave para a mobilização diplomática brasileira, em um contexto marcado pela busca de uma inserção de destaque no sistema internacional: não apenas de uma potência média, mas de uma potência emergente. Para tal, a pesquisa será desdobrada em três momentos analíticos principais.

Em primeiro lugar, será importante resgatar e contextualizar o histórico de guerras no Líbano compreendendo os conflitos sociais e políticos. É necessário entender o cenário libanês antes da interferência de interesse por parte do Brasil.

Em um segundo momento, será preciso teorizar o cenário dos problemas da guerra e da paz que emergiram os conflitos libaneses a partir de autores como Frédéric Gros e Nubar Hovsepian, por exemplo. Para tal, revisitar os precedentes do conflito de 75 e, posteriormente, de 2006.

Além disso, analisar o aparato diplomático mobilizado no contexto da Guerra no Líbano de 2006, especificamente. Aqui, a instância interministerial é de extrema relevância porque é por meio das relações diplomáticas que o Brasil alcança – em parceria com a Marinha do Brasil – o status de líder de uma Força Marítima, iluminando sua importância como um ator responsável para a mediação internacional, tanto no campo militar quanto no diplomático. Mais precisamente, olharei para a participação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU e outras instâncias multilaterais a respeito da Guerra do Líbano de 2006. Nesta seara, adquire relevância a Política Nacional de Defesa do Brasil³ do Ministério de Relações Exteriores e como esta foi instrumentalizada com vistas a alcançar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Na terceira parte do trabalho, será importante ressaltar a presença e articulação do aparato militar no terreno de operações no Líbano ilustrado pela UNIFIL. Como vimos, a referida operação estava presente no Líbano desde 1978, e teve seu mandato reformulado em 2006. Nesse momento, a pesquisa analisará como o novo papel da UNIFIL foi pensado no contexto dessa Guerra do Líbano e como, em 2010, o Brasil passou a adotar um papel de liderança mais significativo via FTM. Em especial, buscarei compreender os termos com que o Brasil passou a ser entendido como um ator respeitável nos esforços da ONU e a melhor alternativa para essa situação específica por ser menos hostil a Israel. Dito de outro modo, a pesquisa pensará como a participação brasileira na UNIFIL contribuiu para reforçar a credencial brasileira como potência responsável na região (BRAGA; SILVA; MARCONDES, 2017, p.9).

Ainda nos termos de participação e compromisso com o Oriente Médio, pode-se ressaltar a importância diplomática na sessão de 1947 na Assembleia Geral das Nações Unidas presidida pelo então ministro das Relações Exteriores Osvaldo Aranha, que culminou na aprovação do Plano de Participação da ONU para a Palestina; bem como a contribuição do Brasil com tropas para Força de Emergência

³ Baseada no documento que orientou os esforços de capacidades de nível nacional para desenvolver e garantir a soberania do país, aprovada em 1996; seu objetivo é “harmonizar as iniciativas de todas as expressões do Poder Nacional intervenientes com o tema, visando melhor aproveitar as potencialidades e as capacidades do país. Trata, subsidiariamente, da interação e da cooperação em outras atividades e que, embora não sejam diretamente ligadas à Defesa, são relacionadas com a manutenção do bem-estar e da segurança da população em seu sentido mais amplo.” (BRASIL, 2005, p. 1)

das Nações Unidas (UNEF) no período de 1957-1967 (BRAGA; SILVA; MARCONDES, 2017, p. 4), demonstrando o comprometimento multilateral formal e incisivo do país no Oriente Médio. Desde 2004, o governo brasileiro – na presidência de Lula – dispôs esforços para produzir um papel mais direto na agenda do processo de paz no Oriente Médio, contribuindo fortemente para um cenário que conferiu ao país o status de país mediador responsável e confiável.

Para conjugar o papel da FTM da UNIFIL e da atuação diplomática do Brasil no Oriente Médio, é preciso resgatar e revisar a política externa brasileira a fim de compreender o discurso do Brasil de ser reconhecido como uma potência média responsável. Sendo assim, por muito tempo no campo de estudos de política externa, conceitos como universalismo, pacifismo, autonomia e desenvolvimento foram compreendidos como características ideais à política externa de um país com status no sistema internacional. Dessa forma, no Brasil, essas características moldaram uma abordagem de *insulamento burocrático*⁴ do Itamaraty (CHEIBUB, 1985), de modo que o governo brasileiro se protegia das disputas burocráticas em voga, atribuindo uma continuidade razoável da antiga política externa tradicional.

O status de potência média responsável, portanto, visa tornar um país portfólio *ideal* daquilo que se espera de uma diplomacia pacifista, desenvolvida e confiável. O Brasil, então, se coloca na linha de frente dessa empreitada por meio de instrumentos de *soft power* como a construção de sua diplomacia cultural no governo Lula.

1

Histórico dos Conflitos Libaneses

1.1

As Guerras Civis: origens e desdobramentos

A essência do estado libanês é a corrupção, uma vez que passou por quatro guerras civis em quinze anos. Os dolorosos anos de guerras no Líbano podem ser compreendidos por alguns fatores que decorriam da análise da política por parte da

⁴ Segundo Nunes (1997), o termo se refere ao processo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público ou de outras organizações intermediárias. (...) O insulamento burocrático significa a redução do escopo da arena em que interesses e demandas populares podem desempenhar um papel. (p.34)

sociedade libanesa. *Primeiro*, a questão palestina; *segundo*, as posições políticas no Líbano da Guerra Fria; *terceiro*, o fracasso do Pacto Nacional (MEIHY, 2018, p. 69).

Em 1982, após sua vitória eleitoral e antes de assumir seu posto na presidência, Bashir Gemayel é morto em um atentado com um carro bomba no mês de setembro. Esse um dos eventos mais assombrosos dos anos de guerra civil libanesa até os anos noventa. A relevante resposta do falecimento de Gemayel se deu devido a sua importância no contexto político libanês uma vez que ele era o líder que representava a extrema direita libanesa, em particular, o partido das Falanges Libanesas, que é um grupo nacionalista, militarizado⁵ e que se opunha a outras correntes cristãs. O objetivo desse partido é, essencialmente preservar a nação libanesa a uma identidade fenícia, distanciando-se de flertar com ideologias panarabistas. Em resumo, o papel da religião para o grupo é fundamental para garantir um Líbano independente e cristão e fenício. Os membros da organização, em sua maioria, são os cristãos maronitas. As Falanges foram presentes ao longo de grande parte dos conflitos libaneses desde 1975.

À luz da instabilidade em território libanês, se abre mais uma janela de vulnerabilidade no país: mais uma a invasão israelense ao Líbano que origina o Massacre de Sabra e Chatila ainda no mês de setembro. Tal evento serviu como resposta ao atentado que provocou a morte de Gemayel. O ataque que gerou o conflito se situava a oeste de Beirute, em Sabra e Chatila que eram campos de refugiados palestinos que estavam inteiramente cercados por tropas israelenses com objetivo de retaliar a morte do ex-presidente. Portanto, quem sofre diretamente com o conflito são os refugiados durante os dois dias de massacre. Desta forma, o responsabilizado pela invasão foi Ariel Sharon – pejorativamente apelidado de açougueiro de Beirute – que era o Ministro de Defesa de Israel, de modo que foi acusado de não proteger os refugiados que ocupavam os campos de Sabra e Chatila⁶. Após o episódio, o ministro é demitido de sua posição, mas permanece com sua carreira política, ainda que arranhada pelo conflito. Posteriormente, em dezembro de 1982, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) decreta o

⁵ As Falanges se militarizam no ano de 1975.

⁶ Segundo Fausi al Hasan, sobrevivente do massacre que, em 1982 tinha apenas 8 anos: “Se a Justiça não castigou Sharon, Deus haverá de fazê-lo.” Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/12/actualidad/1389542069_079714.html>

acontecimento na categoria de genocídio a partir da Resolução nº 520 do mesmo ano. Os desdobramentos deste evento, geram uma comoção por parte da opinião pública para a questão de refúgio palestino, chamando atenção das organizações humanitárias internacionais. De acordo com dados do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), foram aproximadamente 1.490 mortos no genocídio.

A Síria assume o papel de grande protagonista na guerra civil de modo que o Líbano sofre com duas forças internacionais agindo – a Síria e a Arábia Saudita. O que os sírios tentavam concretizar no Líbano era criar um estado dentro de outro de modo que os interesses da Síria fossem preservados. Esse jogo de xadrez estava disposto de modo que Israel possuía recursos bélicos capazes de adentrar a Síria para chegar em Damasco e gerar uma destruição ainda maior. Neste sentido, os expoentes que perpassam questões que não circundam o universo libanês e, por isso, podemos afirmar que não foi uma guerra civil libanesa per se; mas sim uma briga internacional porque foi a guerra do Oriente Médio (das potências envolvidas) no Líbano. Todos os países relevantes política e economicamente à época no Oriente Médio, entram na guerra e o ano de 1982 é o ano mais sangrento das guerras civis.

Em julho de 2006, o Hezbollah lança uma emboscada em uma patrulha israelense no Líbano na qual dois soldados israelenses foram capturados e outros três foram mortos. No resgate dos soldados sequestrados realizados pela FDI mais cinco soldados israelenses foram mortos. Por outro lado, a empreitada do Hezbollah parecia ter dado certo e, mais do que isso, superado as expectativas, uma vez que o objetivo do ataque era abrir uma segunda frente para tirar a pressão do Hamas que, àquela altura, estava no final de uma ofensiva israelense. O Hezbollah, portanto, enxerga o evento como uma oportunidade de mostrar sua capacidade ofensiva e aumentar a admiração popular que estava crescendo desde os anos 2000. Porém, o Hezbollah acreditava que o primeiro-ministro de Israel, Ehud Olmert, não reuniria forças para revidar o ataque e não contava que os líderes israelenses, desde 2005, estavam ansiando um conflito com o Hezbollah (BEST et al, 2004, p. 498).

A posição do CSNU no período inicial do conflito não foi de interceptar os ataques. Após um mês de desavenças, aprovou a Resolução nº1.701 determinando a cessação das hostilidades, a retirada de tropas israelenses do Líbano, o desarmamento do Hezbollah e o fortalecimento do Estado libanês por

meio da UNIFIL para proteger e controlar a fronteira no sul do Líbano. O resultado do conflito se deu pelo acordo das partes por meio da Resolução e as hostilidades duraram por trinta e quatro dias.

Os ataques de Israel no Líbano são oriundos da falta de vontade de negociação por parte dos israelenses, que optam por invadir militarmente o Líbano e enfraquecem o Estado libanês. O objetivo conflito de 2006 era, novamente, eliminar a ameaça do Hezbollah e sua influência no sul do Líbano. No entanto, a empreitada se tornou um fracasso para o governo de Olmert. Os resultados do conflito no Líbano, para além do alto número de vítimas, agravaram fortemente a infraestrutura do país, inviabilizando a passagem por pontes, destruição de usinas de energia elétrica, escolas e um impacto econômico colossal para o país (MEIHY, 2018, p. 120).

O contexto do Líbano pode ser lido como um mosaico, dada a junção de tantas raças, religiões e culturas distintas. A interferência estrangeira em território libanês provoca uma divisão geográfica e social diferente de qualquer outro país do Oriente Médio. Por esta razão, é necessário analisar quais são os atores envolvidos e quais suas funções dentro dos conflitos.

1.2

O papel do Hezbollah no Líbano

Em árabe, Hezbollah significa “*Partido de Alá/Deus*” e está diretamente comprometido com a ideia do Estado Islâmico. A organização foi criada por Muhammed Hussein Fadlallah e Hussein Mussawi, dois islamistas radicais e configuram o primeiro movimento islamista que se consolida por meio da luta armada (DEMANT, 2018, p. 241). A fundação oficial do grupo, segundo eles, se deu em 1982 porque até o início da década de oitenta, o Hezbollah não existia enquanto uma organização coerente e seus primeiros membros fundadores eram jovens revolucionários e comprometidos politicamente com os valores do grupo. Alguns dos nomes da jovem liderança precisam ser ressaltados, como: Sayyid Hassan Nasrallah com vinte e dois anos no ano de 1982, que era uma espécie de celebridade em ascensão na representação da Amal no sul do Líbano, em sua aldeia natal al-Bazuriya; Sayyid ‘Abbas al-Musawi que foi mentor de Hasan Nasrallah, aos trinta anos; Raghīb Harb também com trinta anos, foi um dos primeiros líderes da resistência no sul e foi assassinado dois anos após a formalização do grupo, em 1984 (Ibid., 2009, s.p.).

A ascensão e permanência do Hezbollah no território libanês se torna possível, principalmente, no contexto da ocupação israelense no sul do Líbano em 1982. “Israel expulsou com êxito a OLP do Líbano, mas também gerou um **vazio anárquico** que foi preenchido com grupos opostos.” (DEMANT, 2018, p. 241, ênfase minha) Desse modo, a organização se fortalece por meio das disputas políticas e vácuos democráticos no Líbano. A resistência xiita, de modo geral, se consolida devido o apoio militar iraquiano que possibilitou a retirada dos norte-americanos e, conseqüentemente, a recuada dos israelenses do território libanês.

Em 1983, os xiitas se fizeram presentes no combate aos cristãos e palestinos para conquistar a região de Beirute Ocidental. Este conflito, nomeado como a Guerra dos Campos só terá seu fim oito anos depois e é interceptado pela decisão de protetorado pela Síria. Nesse sentido, Demant afirma: “o Hezbollah foi tolerado pela Síria e participou com êxito nas eleições parlamentares que se fizeram na fase de reconstrução do Líbano” (Ibid., 2018, p. 242). Ainda que o grupo tivesse tensões e grande rivalidade com Israel, manteve seu caráter fundamentalista mascarado como movimento de libertação nacional.

O Hezbollah não assume uma postura de ataque, mas revida de modo a defender as fronteiras libanesas. O grupo não engatilha um tiro fora do Líbano se não for atacado primeiro, atuam de forma a responder ataques, visando defender o território libanês. Norton (2009) em seu livro “*Hezbollah: A Short History*” discute uma premissa polêmica e, muitas vezes, consensual de associar o Hezbollah ao terrorismo. No entanto, não é possível esquecer a relevância que esse grupo possui na fomentação de atividades e realização serviços essenciais no Líbano desde administrar hospitais ao investimento em manutenção das vias públicas. Ainda que o Hezbollah se utilize de formas de violência para seu direito de resistência em relação as forças estrangeiras, esse tipo de violência está fora da rubrica de terrorismo (NORTON, 2009, s. p.). Segundo o autor:

“Terrorista” é um cacete retórico útil que muitos estados têm exercido para proibir ou desumanizar grupos radicais ou revolucionários. Desse modo, ao longo das décadas de 1970 e 1980, antes de Israel e da Organização para Libertação Palestina assinarem os acordos de Oslo, quase qualquer menção a OLP incluiu a descrição “terrorista” e qualquer bombardeio aéreo israelense da OLP, que naquela época era uma grande presença armada no Líbano, como um ataque a alvos terroristas, de acordo

com porta-vozes israelenses e jornalistas (Ibid., 2009, s. p., tradução minha).

De acordo com Norton, tanto a Síria quanto o Irã foram os patrocinadores destes líderes revolucionários, principalmente para responder aos interesses iranianos, uma vez que a criação do Hezbollah foi um resultado do estado revolucionário para disseminar a mensagem da revolução islâmica. Somado a isso, o interesse sírio reside na preservação dos desejos políticos da Síria: apoiar o grupo revolucionário permitiria a aliança com o Irã, que proporcionaria recursos para atacar indiretamente não só Israel como os Estados Unidos e, ainda, manter os aliados libaneses sob seu controle, tal como o grupo Amal⁷. (Ibid., 2009, s.p.) Segundo Demant, a presença xiita em Beirute:

Quando a guerra civil eclodiu, os xiitas integraram – como sempre, como parceiro menor – o bloco muçulmano-progressista, que contestava a hegemonia maronita direitista. Pressionado entre maronitas, drusos, sunitas e palestinos, Mussa Sadr reorganizou o Amal como a própria milícia de autoajuda dos xiitas, com apoio financeiro do líder Kadafi que, em caso bastante raro, considerava a riqueza petrolífera de seu país como um direito comum a todos os muçulmanos, repartindo-a entre grupos anticristãos e antissionistas (DEMANT, 2018, p. 241).

A presença de diferentes vertentes religiosas no Líbano aumentou a dificuldade de compreensão das guerras civis. Os protagonistas que ocupavam a comunidade libanesa por volta de 1975, eram: os *crístãos maronitas*, *muçulmanos sunitas*, *muçulmanos xiitas*, *gregos-ortodoxos*, *muçulmanos drusos*, *armênios*, *protestantes* e *palestinos*. A política, portanto, era baseada também nessa divisão como pode ser observado por meio do Pacto Nacional Libanês de 1973. O acordo, resumidamente, trata de uma negociação entre as lideranças religiosas sobre a eleição de liderança libanesa. Sendo assim, é válido analisar os principais pontos desses grupos que compõem o país.

Os **maronitas**, ocupam o norte do Líbano e Beirute Oriental. Além disso, possuem trinta cadeiras de representantes no parlamento em que as principais famílias maronitas influentes da região, são: Chamoun, Gemayel, Frangieh e Eddé

⁷ O grupo surgiu em 1975, formado por membros xiitas e liderado por Musa al-Sadr e atuou fortemente como uma espécie de milícia libanesa durante a Guerra Civil no Líbano. Sua estruturação foi fortalecida por patrocínio e apoio político por parte da Síria, essencialmente, país com quem possuem um bom relacionamento político até hoje. A atuação do movimento objetivava alcançar maior respeito para a comunidade xiita no contexto libanês e possuir suas demandas políticas reconhecidas nas mesas de negociação do Estado.

e, com exceção dos Eddé, controlavam as milícias armadas. Os Chamoun controlavam uma força chamada “os tigres”; os Gamayel, eram apoiados pela Falange que, a longo prazo, torna-se hegemônica entre os maronitas; e os Frangieh possuíam o Exército de Libertação de Zghorta. Esse grupo opunha-se ao crescimento dos muçulmanos (SCALERCIO, 2003, p. 221).

Já os **sunitas**, tinham o direito de indicar o primeiro-ministro além de vinte assentos no parlamento. O objetivo do grupo era uma mudança no equilíbrio político do Líbano por meio do aumento de representantes muçulmanos no governo. A milícia sunita mais famosa era a Mourabitoun (Ibid., p. 221).

Os **xiitas**, como mencionados anteriormente, ocupando a parte sul do país e o direito de vinte cadeiras no parlamento; opostos a OLP e seguiam a orientação política do Movimento dos Desvalidos. A invasão israelense de 1982 para os xiitas não foi de todo mal, dado que eram oposição a OLP e aos sunitas. Posteriormente, a organização do Amal e, em seguida, o Hezbollah); os **ortodoxos** tinham onze cadeiras no Parlamento, eram pró OLP e inimigos dos maronitas. (Ibid., p. 222).

Os **drusos** tinham seis cadeiras no parlamento e formam o grupo mais coeso do país. Conseguiram manter os maronitas distantes de seus territórios e até 1982 não tiveram problemas com os israelenses. A família tradicional que liderava o grupo era a Jumblatt; os **armênios** dividiam-se entre católicos e ortodoxos. Tinham direito a cinco cadeiras no parlamento (Ibid., p. 222).

Os **protestantes** tinham apenas duas cadeiras; por fim, os **palestinos**, que foram migrando para o Líbano desde 1948, viviam em campos de refugiados e em Beirute ocidental. Após o Setembro Negro⁸ na Jordânia, outros palestinos chegam em território libanês – inclusive combatentes da figura do Yassar Arafat com a OLP. Era um grupo muito politizado, simpáticos a abordagens políticas da esquerda e muito divididos em organizações de militância para além da OLP. Já que eram muitos, ameaçavam o equilíbrio e ordem das forças libanesas. Tornaram-se inimigos dos maronitas que desconfiavam do grupo (Ibid., p. 222).

⁸ Entre setembro de 1970 a agosto de 1971 quando o exército da Jordânia inicia um conflito com a OLP que estavam em território jordaniano. Quando o confronto se inicia, os palestinos passam a migrar em busca de refúgio; foram inúmeros civis mortos e o exército da Jordânia leva a “vitória”.

A partir deste cenário inicial, é possível compreender o esboço do mosaico libanês: inúmeras forças religiosas e políticas dispostas a agirem no país e, com isso, inúmeros conflitos pela disputa de poder.

2

A UNIFIL no terreno libanês

2.1

A UNIFIL

O histórico da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) se origina desde 1970. Durante a década de setenta, um número crescente de combatentes da OLP migrou da Jordânia para o Líbano. A transição gerou intensificação dos ataques contra Israel na fronteira libanesa, de modo que os combatentes da OLP atacaram mais israelenses e suas instalações. Os atos de retaliação de Israel usufruíam do cenário libanês para atacar. Em março de 1978, a OLP reivindicou a responsabilidade por um ataque que deixa trinta e sete mortos e setenta e seis feridos, o governo de Israel decide invadir o Líbano visando destruir as forças armadas palestinas no país (FEDERHEN, 2004, p. 5).

O Líbano alegou não possuir responsabilidade pela presença de bases palestinas no sul do país de modo que protestou fortemente contra esta ação. Com isso, o governo libanês chama atenção internacional por meio do CSNU em março de 1978 e o Conselho adota as resoluções 425 e 246 que reivindicavam três tarefas principais: (i) *confirmar* a retirada das forças israelenses; (ii) *restaurar* a paz e a segurança internacionais; (iii) *ajudar* o governo do Líbano a garantir o retorno de sua autoridade efetiva na região (UNIFIL, 2015).

Em 1982, depois de um intenso confronto na fronteira com Israel, o Líbano é invadido por tropas israelenses e atingem até a capital, Beirute. Nos anos subsequentes a UNIFIL seguiu seu papel de promover proteção e prover assistência humanitária na região. Israel, em 1985 realiza uma retirada parcial de suas tropas, mas segue controlando o sul do Líbano com as Forças de Defesa de Israel (FDI) juntamente com o Exército do Sul do Líbano. Finalmente, em 2000, com a retirada das tropas israelenses, a UNIFIL ocupa, por completo, a fronteira. A missão que tem vinte e dois anos de existência, continua para garantir a manutenção da paz

especialmente no âmbito marítimo com a FTM. Nos seis anos que seguiram sob supervisão da UNIFIL, a Linha Azul⁹ se manteve ativa ainda que com pequenas violações. Mesmo que Líbano e Israel possuam reservas referentes a Linha Azul, foi acordado que a Linha é responsabilidade da ONU e por isso devem ser respeitadas por todas as partes (UNIC, 2010). Na agenda de atuação da UNIFIL a relação entre Israel e Líbano precisava acalmar a tensão entre as partes. Para isso, a missão precisaria manter o cessar-fogo por meio de *patrulhas, observação e contato direto* com ambas as partes (PEREIRA, 2015, p. 16).

O ano de virada da razoável tranquilidade no Líbano acaba no ano de 2006 com a ofensiva do Hezbollah e do sequestro de dois soldados israelenses. O objetivo do grupo era atingir as FDI e as cidades ao norte do país, gerando um intenso tiroteio. A resposta israelense veio pelas três vias: terrestre, aérea e marítima. No mesmo ano, em agosto, a Resolução 1.701 foi aprovada pelo CSNU para cessar o conflito. A notificação das Nações Unidas clamava pelo término imediato de todas as operações militares ofensivas no Líbano. Mais do que isso, a Resolução pôde estender o mandato da missão e, conseqüentemente aumentar o contingente presente na região. As tropas da UNIFIL até este ponto, contavam com a presença de dois mil soldados, com a evolução da Resolução, a missão pôde contar com a participação de quinze mil militares. Sobre a atuação dos militares brasileiros na UNIFIL:

Segundo o comandante da Marinha, almirante de esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, o comando brasileiro da FTM/Unifil “demonstra o elevado conceito que os marinheiros e fuzileiros navais perante outras Marinhas e a capacidade logística e operacional da Força em manter seus meios em áreas afastadas”, **destacando que o Brasil, “ao contribuir para estabilidade regional no mar adjacente ao Líbano”, reforça seu “compromisso internacional (...) em apoiar países amigos e compor o esforço conjunto para garantir a segurança das linhas de comunicação marítimas e o imprescindível comércio que por ela flui”** (Brasil, 2017). Nesse sentido, a decisão brasileira de assumir o comando da FTM “**indica que a manutenção da paz naval representa uma área promissora na qual potências emergentes**, especialmente aquelas com interesses navais crescentes, podem expandir suas contribuições com as missões de paz da ONU” (DESIDERÁ et al., 2018, p. 585 apud. ABDENUR, 2016, p. 411).

⁹ Linha Azul é a fronteira que separa Israel e Líbano; é uma região marcada pela presença dos capacetes azuis.

A importância da liderança da marinha brasileira demonstra, portanto, uma relevância no sistema internacional de modo que permite a estada da FTM pelos anos seguintes.

2.2

O Brasil na UNIFIL

O engajamento do contingente brasileiro em operações de paz (OPs) multidimensionais surge a partir da segunda metade da década de oitenta. Podemos listar dois incentivos para essa participação. Por um lado, um interesse em assumir uma postura de mais responsabilidades no cenário internacional por meio do multilateralismo para sair de uma posição de política externa mais estagnada, de *autonomia pela distância* para alcançar uma *autonomia pela participação*. (VIGEVANI, CEPALUNI 2007, p. 276) Por outro, a evolução das missões de paz em termos de valores e diretrizes foi um chamariz para a participação de novos atores, uma vez que a década de noventa foi a década de operações não só militares, mas, policiais e com maior representação da sociedade civil, de modo que encorajou a entrada da participação brasileira (ANDRADE, HAMANN, SOARES, 2019 apud. CAVALCANTI, 2010, p. 275).

Gráfico 1 – Média do número de pessoal brasileiro uniformizado em operações de paz de 1990 a 2016

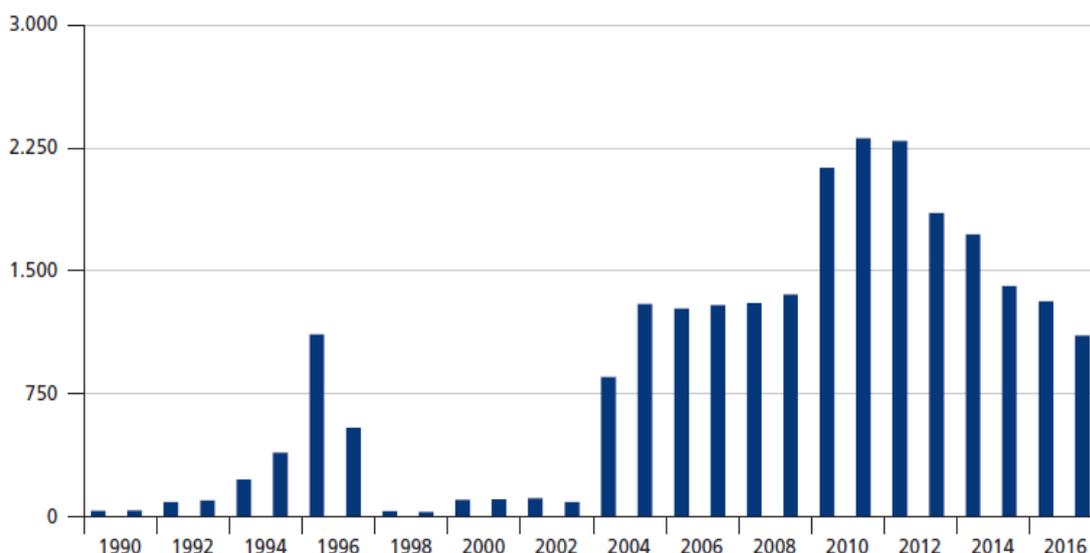


Gráfico 1 – Fonte: DPKO e IPEA. Elaboração: Israel de Oliveira Andrade, Eduarda Passarelli Passarelli e Matheus Augusto Soares. Retirado do paper: “A Participação do Brasil nas Operações de Paz Das Nações Unidas: Evolução, Desafios e Oportunidades”, IPEA: 2019, p. 28.

O gráfico demonstra como o engajamento da década de noventa em diante, promoveu um aumento exponencial no número de pessoal, especialmente no intervalo de 2006 a 2012 – importante ressaltar essa participação principalmente no ano em que a UNIFIL se consolida e os anos seguintes, o alto fluxo de pessoal nas missões de paz. Além do marco histórico para o Brasil da MINUSTAH, primeira vez em que o Brasil ganha um reconhecimento maior no cenário das operações da ONU. A UNIFIL se origina a partir da Resolução nº 426, de 1978, do CSNU. O objetivo inicial que norteou a operação de paz foi de “assegurar a retirada das tropas israelense do sudeste do Líbano a recuperar a autoridade efetiva na área” (ONU, 1978).

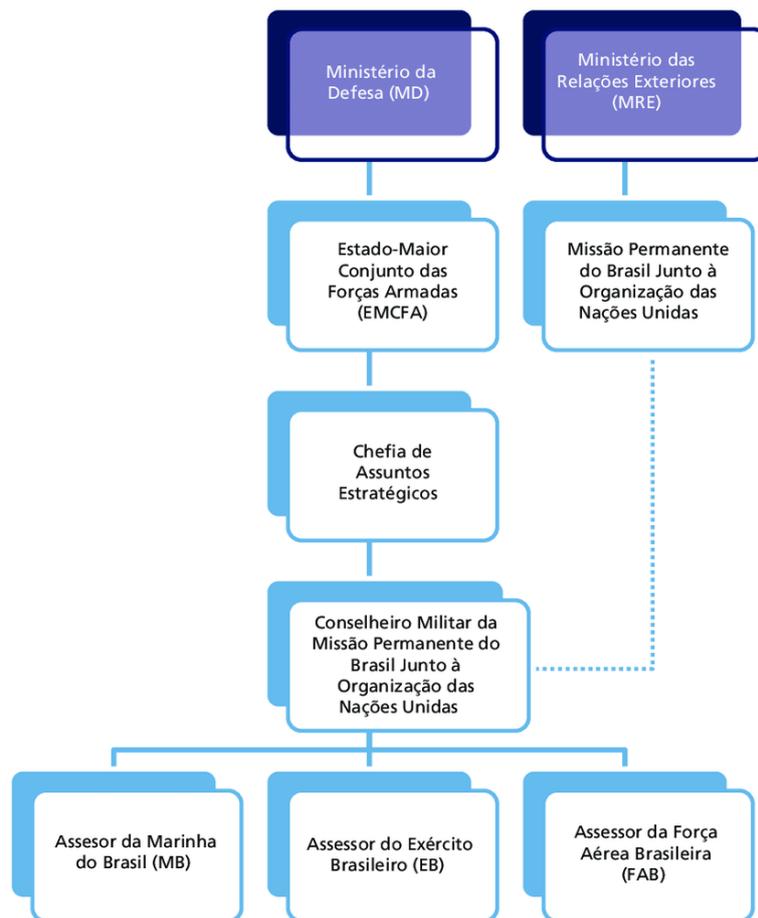
Posteriormente ao conflito de 1982, as ameaças israelenses e dos xiitas do Hezbollah, o CSNU aprova uma nova Resolução, de número 1.701, reforçando o mandato e aumento o número de tropas disponíveis para a UNIFIL e, mais do que isso, abrindo espaço para a FTM. Os objetivos da FTM são:

(...) um, estabelecer uma presença naval e vigilância sobre a Área de Operações Marítimas, com prioridade para as águas territoriais libanesas; e, dois, conduzir Operações de Interdição Marítima (MIO), incluindo identificar e, dentro das águas territoriais libanesas, parar, desviar ou encaminhar embarcações mercantes suspeitas para inspeção pelas autoridades libanesas. Se solicitado pela Força Armada Libanesa-Marinha (LAF-Navy), a FTM também pode embarcar e inspecionar um navio suspeito (UNIFIL, 2000, p. 1).

Segundo os dados da missão, o Brasil enviou mais de dois mil militares para a UNIFIL entre os anos de 2011 e 2017 (UNIFIL, 2017). Em 2017, eram 205 militares brasileiros de um total de 10.382 militares (ANDRADE; HAMANN; SOARES, 2019, p. 32).

A escolha da entrada de um país nas Operações de Paz da ONU passa por um processo burocrático formal específico que garante ou não a participação dos atores interessados. O processo segue o esquema abaixo:

Figura 1 – Esquema de Organização da Entrada em Missões de Paz



Fonte: Brasil (2013, p. 26). Imagem retirada do relatório do IPEA, 2019.

A trajetória da participação oficial do Brasil nas missões de paz da ONU não depende somente da vontade política e diplomática dos tomadores de decisão, diplomatas e generais. Mas sim, da estrutura institucional das forças armadas brasileiras e do funcionamento do sistema ONU. Portanto, pode-se afirmar que três elementos são para pagar o preço de participação em OPs: *primeiro*, os militares devem estar alinhados com a cartilha da ONU e suas modalidades de operação de paz; *segundo*, o país deve estar sendo bem-visto pelo sistema internacional, principalmente dentro dos auspícios da AGNU; *terceiro*, deve manter boa relação com os países e autoridades dos países que venha fornecer a manutenção do conflito. Após esse filtro de critérios, a palavra final de aceitação de assuntos administrativos das missões de paz é dada pelo Secretariado da ONU, liderado por

António Guterres via o Departamento de Operações de Manutenção de Paz (DPKO).

A chave da investigação da presença brasileira na UNIFIL, personificada pela Marinha do Brasil, trata de ver a imagem internacional do Brasil frente a comunidade internacional como uma autoproclamação de “provedor de paz” por meio da sua contribuição na FTM (BRAGA; SILVA; MARCONDES, 2017, p. 10). Dito isso, se pode afirmar que o interesse político do aparato diplomático brasileiro na UNIFIL perpassa a noção de provedor de paz e, como propõe o presente trabalho, alcança a competência de potência média responsável.

A entrada do Brasil na UNIFIL foi um convite da ONU após a saída da Itália em 2010. O convite foi feito devido o status e o reconhecimento que a ONU concedeu ao Brasil à época, uma vez que o desempenho brasileiro nas operações de paz vinha sendo relevante e, ainda, devido ao reconhecimento de Israel sobre o Brasil como um ator aceitável nos esforços da ONU na região. Para Israel, a presença do Brasil na UNIFIL representava o ator menos hostil aos israelenses e essa interpretação renova as credenciais brasileiras como uma potência responsável no Oriente Médio (Ibid., p. 9).

De acordo com Silva, Braga e Marcondes (2017, p. 3 apud. Krishnasamy, 2001) os países do Sul Global esperam reconhecimento internacional devido a seus compromissos de manutenção da paz e que esse reconhecimento pode ser concedido a de diferentes formas, tais como: *dentro do sistema ONU*, um melhor reconhecimento em termos de maior participação nos processos decisórios; *reconhecimento social*, forma pela qual outros países enxergam o país que pede reconhecimento por meio da confirmação de seus atributos positivos – como o caso supracitado de Israel sobre o Brasil. A política de participação da força militar brasileira em questões internacionais, visa, portanto, alcançar o reconhecimento como um **poder legítimo** (SILVA; BRAGA; MARCONDES, 2017, p. 3 apud. SUZUKI, 2008). No caso da UNIFIL, argumentam Silva, Braga e Marcondes (2017, p. 3), o Brasil parece ter apresentado interesse devido a dois incentivos:

Figura 2 – Esquema sobre interesses do Brasil na UNIFIL



Esquema 2 – Elaboração própria, Natália Tury, 2021.2. Fonte: The Brazilian participation in UNIFIL: raising Brazil's profile in international peace and security in the Middle East? Revista Brasileira de Política Internacional: 2017.

A *liderança* aparece como um dos fatores importantes pois o Brasil se coloca em uma posição que, naturalmente, não esperariam que estivesse. Isto portanto, eleva ainda mais os interesses de reconhecimento do país, já que sua participação parece inesperada (Ibid., p. 3). Já a *região* é o elemento complementar dada sua instabilidade política e interesse internacional.

Em 2011, o discurso do ministro de defesa Raul Jungman chama atenção para a atividade da Marinha do Brasil na FTM, que completava cinco anos na UNIFIL:

Após os primeiros cinco anos de operação da Força-Tarefa, elevamos o nível de nossa contribuição para o esforço de paz da ONU e de nossa responsabilidade perante a comunidade internacional ao assumir o comando desse importante e inédito esforço. (...) O Brasil tem mantido a liderança da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL **não apenas por causa da eficiência com que nosso pessoal vem desempenhando suas atividades, mas também por não haver qualquer restrição ao exercício essa liderança parte da ONU ou de quaisquer dos partidos envolvidos no processo de paz** (DEFESANET, 2016).

A fala do ministro demonstra a eficiência, em termos militares e diplomáticos do Brasil no Líbano. Além disso, reafirma a credibilidade do país para a manutenção da paz. A partir destes fatos, é possível analisar a pasta de política externa que serão baseadas as tarefas da FTM dentro da UNIFIL e, ainda, quais

serão as metas que nortearão o aparato diplomático brasileiro para alcançar sua desejada influência no sistema internacional.

2.3

A Política Externa Brasileira e o Discurso de Potência Média Responsável

Os aspectos de política externa que guiam o Brasil nas operações de paz, são as ideias de não intervenção, inviolabilidade da soberania e território, resolução pacífica de disputas, não uso da força e, especialmente, o multilateralismo. De acordo com Andrade, Hamann e Soares (2019, p. 26 apud. VILLA; VIANA, 2010 p. 110) a partir de 2003, o Brasil passa a assumir uma posição mais assertiva na política externa, visando projetar o país como um ator político relevante no sistema internacional.

À luz de Kenkel e Moraes, podemos avaliar o Brasil e seu anseio de tornar-se um país relevante não só no cenário de operações de paz, mas parte de uma agenda de política externa que está engajada na resolução de conflitos no Oriente Médio.

O envolvimento demonstra também o interesse do Brasil em aumentar sua presença no Oriente Médio, **apresentando-se como país capaz de assumir responsabilidades** e como **interlocutor imparcial para o processo de paz** na região. A participação em operações de paz com componentes navais pode, ainda, estimular a necessidade de reequipamento da frota naval do país (KENKEL, MORAES; 2012, p. 260 apud. GODOY, 2011, ênfase minha).

É possível traduzir estes dois elementos: **interesse de país capaz de assumir responsabilidades** e **interlocutor imparcial para o processo de paz na região** no desejo do governo brasileiro de se tornar uma *potência média responsável*. De um lado, a presença na UNIFIL exercendo o papel de protetora e mentora para o processo de paz e segurança nas águas libanesas. De outro, a agenda de relações exteriores trabalhando sua diplomacia de boa vizinhança com os países do Oriente Médio com objetivo de alcançar um status de reconhecimento responsável, gerenciando crises em outros países da região para além do Líbano. Diante disso, há uma questão crucial para a política externa brasileira: o preço da participação. O envolvimento em missões de manutenção da paz demanda um preço alto a ser pago, por isso, cabe a outros atores engajarem junto à agenda de política

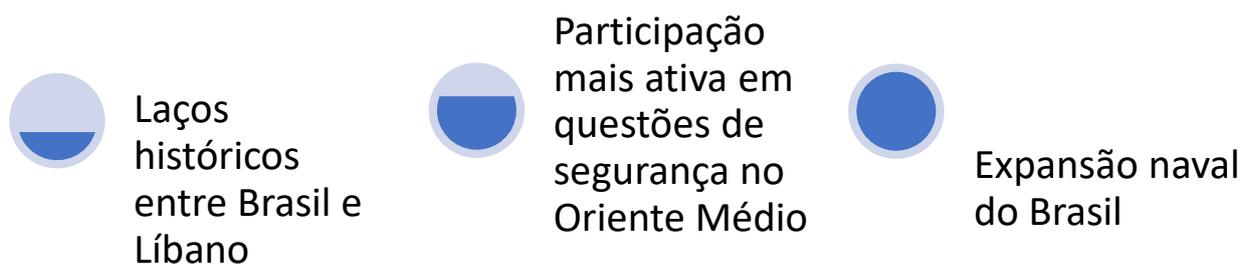
externa, como políticos, militares, diplomatas, acadêmicos e sociedade civil acatarem ou não o preço desta participação (KENKEL, MORAES, 2012, p. 260).

Logo, o Brasil na UNFIL:

(...) pode ser entendido como parte de **um esforço para alcançar o reconhecimento** como um **"grande poder legítimo"**. Participar dessas missões é, segundo Suzuki (2008), uma forma dos Estados **expressarem suas credenciais como membros valiosos da comunidade internacional** em iniciativas que não desafiam o status quo existente. No caso do Brasil, contribuinte histórico das missões de paz da ONU (Uziel 2010), o último esboço da Política Nacional de Defesa do país (Brasil 2016), atualmente em consideração pelo Congresso, estabelece a contribuição "para incrementar a projeção do Brasil no concerto das nações e a inserção nos processos decisórios internacionais" como um objetivo de defesa nacional (SILVA, BRAGA, MARCONDES, 2017, p. 3, tradução minha, ênfase minha).

A tradição multilateral do Brasil é associada, historicamente, com agendas como: defesa da igualdade dos países, democratização das relações exteriores, pacifismo e respeito à soberania. Desta forma, seu comprometimento com as OPs não é recente, uma vez que atua com esses valores há anos e visando sempre fóruns multilaterais. Assim como Amorim, no governo Lula, Antonio Patriota, no governo Dilma, seguiu os passos do ex-ministro mantendo os objetivos da política externo alinhados a antiga gestão do país. De acordo com ele, a política externa deve atuar com o objetivo de consolidar um sistema multipolar, ancorado em dois elementos-chave do multilateralismo: (i) *cooperação* e (ii) *legitimidade* (PATRIOTA, 2013). Ambos os elementos precisam ser bem geridos pela diplomacia dos países, em especial, países que buscam o reconhecimento internacional e possuiu o objetivo de alcançar o status de potência média responsável. As famosas credenciais do Brasil como país modelo no sistema multilateral valorizam ainda mais a diplomacia e o direito internacional como ferramentas essenciais para a resolução de conflitos por meios pacíficos (LIMA, 2016, p. 25). Por esta razão, o Brasil manifestou-se sempre que possível nas agendas de hostilidades no Oriente Médio, demonstrando uma preocupação pela não resolução dos conflitos na região, assim como sugerem uma resolução pacífica e multilateral para certos conflitos, tal como o conflito entre Israel e Palestina, por exemplo. As ações de uso da força do Brasil buscaram, historicamente, seguir a cartilha e os princípios da Carta da ONU.

De acordo com Robert O. Keohane (1969), uma potência média pode ser compreendida como “um Estado cujos líderes consideram que ele não pode agir sozinho de forma efetiva, mas que talvez consigam provocar um impacto sistêmico por meio de um pequeno grupo ou instituição internacional” (p. 296). À luz dos argumentos supracitados, podemos considerar que a política externa brasileira atua como um vetor de desenvolvimento do país. O reconhecimento internacional frente a atuação da Marinha na UNIFIL se torna alcançável dada a diplomacia exercida nos governos da época – desde os anos noventa. O interesse brasileiro no comando da FTM da UNIFIL, pode ser analisado por três principais pontos:



Esquema 1 – Esquema pontos de interesse do Brasil na UNIFIL. Elaboração própria, Natália Tury. Fonte: DESIDERÁ NETO, 2018, p. 583 apud. ABDENUR, 2016, p.390.

As três motivações convergem na política externa brasileira, já que os temas de segurança, laços e expansão são elementos importantes não só de *soft* como de *hard power*. O Brasil líder da FTM significa não só parte de um reconhecimento internacional coletivo, mas um líder promissor no que diz respeito a potências emergentes que deslumbram contribuir na seara das OPs das Nações Unidas.

Retomando à luz de Keohane, a definição do conceito de potência média refere-se a Estados que não são capazes de influenciar os rumos da ordem internacional sozinhos, mas podem influenciar a comunidade internacional por meio de cooperação com outros atores e, então, influenciar por meio de alianças. O autor denomina esses países *system-affecting state*. Em paralelo, ainda existem as grandes potências, as *system-determining states*, potências secundárias, as *system-influencing states*, médias, *system-affecting states* e pequenas, *system-ineffectual states* (KEOHANE, 1969, p. 296). A partir da conceituação de Keohane insere o

Brasil como uma potência média – visto que não é capaz de influenciar os rumos da ordem global, como por exemplo, as grandes potências da década de sessenta: Estados Unidos e União Soviética. Ou, ainda, como secundárias que é o caso da Alemanha, França, Reino Unido, Japão e China. Juntamente ao Brasil, temos: Canadá, Suécia, Paquistão e Argentina, dada a época que o autor conceitua os termos.

Outro ponto fundamental para mapear uma potência média, trata de uma dimensão psicológica dos governantes, isto é, a política externa não se dá estritamente no campo sistêmico, mas sim à luz dos interesses políticos de seus líderes (KEOHANE, 1969, p. 296). O exemplo disso é a passagem histórica de governos e a atuação da UNIFIL: nos governos até 2017, via-se um esforço diplomático e militar voltados para uma presença forte no Oriente Médio. A partir das eleições de 2018 e da ascensão do governo Bolsonaro, há uma quebra de expectativas quanto a agenda de política externa e suas operações de paz; incluindo a retirada das tropas brasileiras na liderança da FTM da missão. Isto é, a passagem de governos e sua pauta de prioridades do Itamaraty é que ditam as regras do jogo para o status do Brasil e suas credenciais pacifistas, especialmente, quando se fala de Oriente Médio e de Líbano – um dos Estados que historicamente são ligados ao Brasil, cultural e diplomaticamente.

3

Os aparatos: diplomático e militar

3.1

Aparato diplomático brasileiro no Líbano

As relações diplomáticas e culturais com o Líbano não são recentes. Elas decorrem de dois eventos importantes. Primeiro, o Brasil estabeleceu laços políticos com os libaneses em 1944 quando reconheceu a independência do Líbano. Depois, em 1954 com a inauguração da Embaixada brasileira em Beirute. Os laços estreitos entre os dois países surgiram de uma diáspora em que compartilham, uma vez que o Brasil abriga uma comunidade de descendentes libaneses de seis a dez milhões de pessoas. Somado a isso, cerca de quarenta mil cidadãos brasileiros residem no Líbano (SILVA; BRAGA; MARCONDES, 2017, p. 6). Esses eventos chamam atenção para o rico histórico entre os dois Estados, porém as relações bilaterais

incluem uma forte presença do desenvolvimento da diplomacia nacional principalmente a partir do momento chave entre Brasil-Líbano: a Guerra Civil Libanesa de 2006.

Um evento que é fundamental citar quando tratamos de Brasil e Líbano, é o caso do resgate de brasileiros em meio ao confronto de 2006. As autoridades brasileiras mobilizaram assistência humanitária e de resgate à comunidade brasileira que vive no Líbano e para isso, um total de três mil brasileiros foram repatriados e o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim realizou a entrega de nove toneladas de remédios, roupas, cobertores e alimentos às autoridades libanesas. Além disso, o ministro viajava até a Adana, na Turquia, para avaliar a situação dos refugiados. Para o repatriamento, foram usados aviões da FAB para realizar a evacuação dos cidadãos brasileiros.

Dados o estado do aeroporto de Beirute, danificado pelos bombardeiros israelenses, e a interrupção dos voos comerciais, a única maneira de chegar à capital libanesa e transportar os donativos do governo brasileiro e da comunidade árabe em nosso país era utilizar um avião de transporte (Hércules C-130) da FAB (AMORIM, 2018, p. 192).

Em Adana, os brasileiros aguardavam o transporte para retornar para o Brasil. O repatriamento estava sendo realizado por voos da antiga Varig e de aviões da FAB. De acordo com uma cobertura realizada pelos militares da própria FAB, acompanhando a chegada em Adana e a volta para o Brasil, os brasileiros repatriados encontravam-se extremamente agradecidos pelo resgate realizado pelos militares (FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2010). Ao longo do vídeo, é possível perceber um dos aviões da FAB repleto de cidadãos brasileiros que relatam algumas das cenas de horror durante o conflito.

Imagem 1 – Modelo da Aeronave Hércules C-130 da Força Aérea Brasileira



Imagem 1 – Hércules C-130. Fonte: FAB, Museu Aeroespacial – Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. Disponível em: <<https://www2.fab.mil.br/musal/index.php/aeronaves-em-exposicao/55-avioes/391-c-130>>

A doação e transporte de passageiros realizadas pela aeronave foi concluída com sucesso, no entanto, a negociação com a Aeronáutica, inicialmente não foi fácil. Houve hesitações por parte da FAB que só foram resolvidas com a interferência do ministro de Defesa, Waldir Pires, que conseguiu a autorização de deslocar o C-130 até Adana com as doações (Ibid., 2018, p. 192). Esse tipo de avião é um modelo bastante utilizado para ações de reabastecimento e transporte de recursos em situações de conflito, é um dos símbolos da FAB e é usado a décadas em ajuda humanitária dada sua robustez. A entrega de medicamentos e outros suprimentos é feita por aeronaves semelhantes ao Hércules foram feitas também no ano passado, após a explosão do porto de Beirute – neste caso, foi usada a aeronave KC-390. Essa mobilização para o transporte foi relevante para o Brasil dada a visibilidade internacional do evento. A mídia brasileira, inclusive fez uma cobertura importante do repatriamento dos cidadãos brasileiros.

O interior do C-130 assemelhava-se a uma grande oficina. Parte dele estava ocupada pelos contêineres com medicamentos e

cobertores, todos doados. Uma enorme bandeira do Brasil cobria essa carga. Na parte posterior foram acondicionados poltronas do tipo “classe executiva” para acomodar os poucos passageiros. Além da chefe de gabinete, acompanhavam-me o embaixador Ouro-Preto, um assistente-pessoal e um jovem diplomata da assessoria de imprensa. A bordo também estavam equipes da TV Globo e da Radiobrás (Ibid. p. 192).

As relações entre as lideranças diplomáticas do Brasil e Líbano, historicamente são relações proveitosas para ambos os lados. O estreitamento cultural e simpatia diplomática de governos anteriores e a construção de uma diplomacia de boa vizinhança foram cruciais para a liderança Marinha na FTM. Uma anedota relevante que demonstra, na prática essa boa relação entre os países pode ser identificada na seguinte passagem com o tratamento cordial e singular entre os dois ministros:

O ministro das Relações Exteriores do Líbano, Fawzi Salloukh, aguardava-me ao pé do avião, juntamente com o embaixador brasileiro, Eduardo Seixas [...] Depois de uma rápida passagem pelo salão de autoridades, em que o ministro libanês me deu as boas-vindas (“welcome to *your* country”), voltamos à área externa para a entrega das doações (AMORIM, 2018, p. 193).

A ênfase de Amorim em *your* country, trata-se de um encontro entre os dois ministros no clube Monte Líbano em setembro do mesmo ano, em que o ministro brasileiro interpreta a fala do ministro como “o Brasil é parte do Líbano e o Líbano é parte do Brasil”. Porém, o que Amorim alegou não saber é que citava o escritor Miltom Hatoum com descendência libanesa, que disse: “O Líbano é muito brasileiro e o Brasil é muito árabe”. Segundo Amorim, “Talvez isso nunca tenha sido tão verdadeiro quanto no verão de 2006.” (AMORIM, 2018, p. 193).

A diplomacia brasileira nas mãos de Amorim, especialmente na região do Oriente Médio, era alinhada a princípios bem-vistos na comunidade internacional. Princípios como o de *não indiferença* e *diplomacia solidária* são exemplos desta postura diplomática do país, promovendo uma atribuição de responsabilidade do Brasil em responder demandas em países em situações de crise e conflito político ou militar (ANDRADE; HAMANN; SOARES, 2019, p. 26).

Existem duas mudanças importantes na política externa brasileira que influenciam para essa participação em missões de paz – seja a MINUSTAH ou a UNIFIL, por exemplo. A primeira, trata-se das contribuições de pequenos contingentes militares (principalmente da Marinha brasileira) como foi o caso do

Haiti, em que os militares brasileiros não assumiam papéis muito significativos no comando da missão de paz, assumiam cargos como os de observadores militares. A segunda, posterior ao ano de 2004, diz respeito a uma participação mais significativa com tropas em operações de paz robustas, tal como o caso da MINUSTAH (Ibid., 2019, p. 27). Nesse sentido, o engajamento gradual das forças militares por meio das iniciativas de paz da ONU só se torna possível a partir das diretrizes da política externa do país. Assim, o interesse brasileiro no Líbano só foi consolidado por meio da sua boa imagem no Oriente Médio e nas mesas de negociação da ONU à época. Tal como explicita Amorim (2018):

Minha agenda durante a ANGU em 2005 refletiu a prioridade atribuída pela diplomacia brasileira aos países árabes. Além de vários encontros (com o secretário-geral da Liga Árabe, o ministro do Marrocos etc.), participei, para manter a “chama” viva, de reunião de acompanhamento dos resultados da ASPA. Altamente significativo da percepção sobre o papel do Brasil nas questões da região foi o pedido de entrevista do primeiro-ministro do Líbano, Foud Siniora. **No mesmo ano, o Brasil viria a adotar posição de independência e equilíbrio quando da discussão do projeto que resultou na Resolução 1.636, de 2005, do CSNU sobre a situação do Oriente Médio**, ainda na esteira do assassinato de Rafiq Hariri. A resolução, aprovada por unanimidade em uma reunião ministerial do Conselho em 31 de outubro, tinha como foco o trabalho da Comissão de Investigação criada pela Resolução 1.595, em abril de 2005, igualmente adotada por unanimidade. Na minha explicação de voto, **deixei claro que o Brasil não podia se associar ao projeto inicialmente apresentado por França, Reino Unido e Estados Unidos, tendente à adoção de sanções contra Damasco** (com todo o séquito de consequências que conhecíamos). Em especial, critiquei a ausência de linguagem que assegurasse a presunção de inocência dos acusados, quase todos sírios ou ligados a Síria. Manifestei também que o Brasil não apoiaria texto cujos objetivos fossem além da própria investigação. Afirmei o entendimento de que a menção ao capítulo VII da Carta não significava autorização para a adoção de medidas contra a Síria e disse ainda que a avaliação das conclusões da Comissão de Investigação teria de ser feita pelo próprio Conselho (AMORIM, 2018, p. 183, ênfase minha).

O relato acima do ex-ministro das Relações Exteriores revela como a presença diplomática é fundamental para o processo de atingir uma imagem internacional de potência média responsável. A lógica de pintar uma imagem de influência do Brasil frente à países conflituosos não depende somente dos militares em campo e das diretrizes da manutenção de paz das Missões, mais do que isso, as

negociações dentro dos auspícios da ONU são essenciais para a aceitação de outros países na contribuição militar e política para a manutenção da paz no território libanês. A atuação de Celso Amorim com os outros representantes políticos, especialmente a sua boa relação diplomática com Siniora, foram cruciais para a ferramenta de projeção do Brasil no Oriente Médio, isto é, uma boa reputação diplomática pode auxiliar – como condição necessária, mas não suficiente – em um bom desempenho na área militar. A confiabilidade dos líderes no Brasil de 2006 era um trunfo para os países que participavam das missões de paz e esta posição se consolida na escolha da Marinha do Brasil como a líder da FTM da UNIFIL. Somado a isso, os bons acordos e votações nas mesas de negociação da AGNU eram cruciais para a capitalização brasileira no sistema internacional.

Segundo Spektor (2016), os últimos vinte anos da política externa brasileira foram marcados pela disputa política entre o PT e o PSDB. Os apoiadores da esquerda, acreditavam que a administração Lula se dava por meio de uma diplomacia mais arrojada, isto é, uma política externa ativa de modo que seria capaz de promover o Brasil a uma grande potência emergente. Conseqüentemente, para os petistas, a gerência de FHC mostrava uma postura de entrega do país aos norte-americanos. Já os apoiadores do PSDB viam a diplomacia de Lula não como um mecanismo de atender as demandas brasileiras, mas sim uma vaidade do ex-presidente em suas relações internacionais. (SPEKTOR, 2016, p.18) Nesse sentido, no contexto da UNIFIL e do engajamento da diplomacia do país com operações de paz, a política externa brasileira foi mobilizada como uma ferramenta importante para a efetiva política externa ativa e altiva.

A participação brasileira na liderança de componentes militares como é o caso da FTM na UNIFIL desencadeiam uma atenção da opinião pública para o caminho da política externa. (KENKEL; MORAES, 2012, p. 214) Assim como a retirada das tropas no Haiti, antecipadas pelos ministros Celso Amorim e Antonio Patriota, há uma iniciativa política de construir uma política voltada para o conceito de: responsabilidade de proteger. Do termo em inglês *Responsibility To Protect* (R2P) é um conceito que foi elaborado pelo governo do Canadá dentro dos auspícios da ONU com o objetivo de fazer com que os Estados membros tenham a responsabilidade de proteger indivíduos de outros Estados que falham no cumprimento básico e elementar: responsabilidade de proteger civis que tem os

direitos violados por parte de um Estado específico. De acordo com Kenkel e Moraes (2012, p. 214 apud. EVANS, 2008) visa soberania à responsabilidade porque quando um Estado não quer ou não possui os meios de garantia de proteção a seus civis, a responsabilidade de proteger passa a ser coletiva, um dever da comunidade internacional.

É esta agenda de política externa reforça o engajamento militar do Brasil nas operações de paz da ONU, especialmente no Líbano. O período de 1992 a 2012 foi promissor o suficiente para destacar o Brasil na seara das operações de paz, pois tornou-se um ator mais importante no *peacekeeping* e nas Relações Internacionais, dado seu envolvimento militar e político com as OPs. Silva, Braga e Marcondes (2017) ressaltam a ideia expressa na Estratégia Nacional de Defesa de 2008 em que o Brasil é um país pacífico por tradição e convicção (Ibid., p. 6).

O caráter pacifista do país faz parte da identidade nacional brasileira e foi reforçado em inúmeras gestões governamentais. No caso da negociação diplomática de 2006 no Líbano, no repatriamento de brasileiros e no auxílio na UNIFIL, o país se mostrou suficientemente confiável para prover assistência militar e política. As declarações de Lula à época, por exemplo, reforçavam a credencial do Brasil como uma nação pacifista capaz de desempenhar um papel de mediador no Oriente Médio como um todo. Além do braço militar brasileiro, a imagem humanitária também teve seu protagonismo. Ambos os elementos reforçavam as credenciais do país como um provedor de paz e, somado a isso, o aumento de doações do Brasil para a ONU em esforços humanitários por meio da ACNUR, permitiu um reconhecimento internacional essencial para o status de mediador internacional.

De acordo com Silva, Braga e Marcondes a admissão do Brasil pela AGNU para participar da Comissão Consultiva da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos (UNRWA) permitiu um destaque no perfil brasileiro frente as questões no Oriente Médio. Isto porque o Brasil foi o primeiro país latino-americano a assumir essa posição, como um ator que fornece *paz* como um bem público (2017, p. 5). Portanto, o engajamento brasileiro na missão visa promover um fortalecimento do Estado libanês.

A ativa participação dos militares nas missões da ONU era considerada uma ferramenta de projeção de poder nacional neste cenário dos anos 2000, especialmente. Era a época em que o Itamaraty buscava abrir novos espaços para o Brasil nos eventos internacionais: como fóruns e organismos internacionais. O objetivo central era de reivindicar a reforma do CSNU para conseguir uma cadeira brasileira (BERALDO; GODOY, 2020) como afirma a passagem abaixo:

O Brasil, após pacificar seus problemas fronteiriços e por possuir dimensões continentais que dissuadem qualquer ação bélica de seus vizinhos, **vive momentos de paz relativa no cone sul**. Daí a necessidade de enviar contingentes e pessoal de forma individual para missões de paz, **para poder posicionar-se no cenário internacional como protagonista das grandes decisões, garantindo condições na expressão militar do poder nacional para almejar uma cadeira como membro Permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas**, caso este venha a ser ampliado (INSTITUO IGARAPÉ, 2017, p. 58, ênfase minha).

As ações politicamente interessadas do Brasil por meio da UNIFIL duraram anos. O esforço do presente trabalho, portanto, é analisar se a empreitada da diplomacia brasileira deu certo: utilizar a liderança brasileira na FTM para exercer maior influência e prestígio seja na ONU, seja no sistema internacional como um todo. Isto porque, de acordo com a lógica de reconhecimento e status internacional os países desejam o reconhecimento não somente para reafirmar sua soberania, mas para negociar em mais frentes internacionais. Somado a isso, o desejo brasileiro de um assento no CSNU é o exemplo mais concreto dessa agenda de política externa, uma vez que fazendo parte dos tomadores de decisão, maior sua influência nas relações internacionais.

3.2

Aparato militar brasileiro na UNIFIL

Os militares brasileiros ganharam maior prestígio na seara de operações de paz, especialmente com a missão no Haiti: a MINUSTAH. Por isso, para compreendermos a relevância da UNIFIL, em 2006, precisamos revisitar os antecedentes da presença brasileira nas missões da paz no Haiti em 2004. A primeira pista de um reconhecimento internacional para as forças de paz do Brasil se deu com a MINUSTAH. Segundo o Instituto Igarapé (2017):

O sucesso na participação do Brasil em diversas missões (atuais e passadas), seja como tropa ou em missões individuais, tem alçado o país a um nível de confiança internacional pouco alcançado por outros. Esse fato o levou a ser convidado para liderar o componente militar da sétima missão em 2004, quando a missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi estabelecida (Ibid., p. 58).

A aplicação econômica da participação do Brasil na MINUSTAH durou treze anos, de 2004 a 2017 e recebeu o financiamento de R\$2,6 bilhões do governo brasileiro. No intervalo de 2011 a 2018, os gastos públicos foram direcionados para a UNIFIL no valor de R\$483,5 milhões (BERALDO; GODOY, 2020). Isto é, um investimento de alto custo para os cofres brasileiros, no entanto, o objetivo de reconhecimento internacional e status de potência responsável pareciam crescer proporcionalmente. Sendo assim, a atuação do país nas OPs é uma ferramenta de *soft power* por meio de um *hard power*¹⁰; a diferença é que uma ferramenta sem os inconvenientes do *hard power* e da robustez do uso da força, visto que ela atua em um contexto jurídico – a carta das Nações Unidas (BERALDO; GODOY apud. RICUPERO, 2020).

É possível dizer que a MINUSTAH abriu espaço para o sucesso de novas missões de paz com participação dos militares brasileiros devido ao “intercâmbio cultural e doutrinário com outras nações; grande aprendizado na área logística; (...) e projeção internacional do Brasil e de suas Forças Armadas” (PALMA, 2018, p. 53). Nesse sentido, abre espaço para a UNIFIL como um novo meio para alcançar essa projeção internacional, atualizando-se militar e diplomaticamente. Além disso, os laços mais estreitos com o Líbano facilitam o processo de reconhecimento internacional – tal qual o intercâmbio cultural de quando os capacetes azuis chegaram ao Haiti e foram ovacionados pelos haitianos pela apreciação ao futebol brasileiro.

Outra bagagem que a UNIFIL possui como um arcabouço de aprendizagem com a MINUSTAH diz respeito a experiência acumulada para atuar em OPs. No caso do Líbano, além da experiência se trata de uma projeção de influência na região do Oriente Médio, a fim de reforçar seu pleito em mais resolução de conflitos internacionais. A instrumentalização do componente militar

¹⁰ É um instrumento de poder de coação e, mais do que isso, de um poder de força militar. É um modo de coação personificada no poder militar e econômico, essencialmente. (NYE, 2005, p. 8)

do Brasil da UNIFIL serve para alavancar o Brasil nos fóruns internacionais como um ator não só pacífico, mas *mediador*. Por isso, é importante manter-se aliado com os valores do multilateralismo e com o campo de estudos de cooperação, uma vez que a política externa foi embasada em tais princípios.

A política externa brasileira, depois de 2004, muda sua agenda diante da participação de tropas em operações de paz robustas de acordo com o Capítulo VII da Carta da ONU, “Ação em Caso de Ameaça à Paz, Ruptura da Paz e Ato de Agressão”. No caso da MINUSTAH, a operação de paz foi orientada pelo capítulo VII. Por isso, é possível traçar um paralelo com a participação do Brasil na MINUSTAH como um precedente para que o Brasil consentisse o envolvimento em missões de paz sob orientação do Capítulo VII, legitimando o uso de medidas robustas para alcançar a paz (IPEA, 2019, p. 27).

As contribuições da UNIFIL para o Estado e para os militares libaneses foram eficazes, especialmente no campo técnico-militar. Além dos treinamentos oferecidos por meio da FTM, a Marinha do Brasil também ofereceu treinamento em instituições militares brasileiras aos oficiais libaneses (BRAGA; SILVA; MARCONDES, 2017, p. 13) demonstrando mais uma camada da relação Líbano-Brasil. Nesta relação tanto o lado cultural quanto o militar, são frequentemente estimulados para manter laços amigáveis. Afinal, a comunidade libanesa no Brasil é extremamente grande, são famílias numerosas e que mantém a raiz libanesa para as gerações futuras. Isto é, libaneses que puderam vivenciar essa participação do Brasil na OP, puderam avaliar de perto a empreitada da FAB – em um primeiro momento, no resgate de brasileiros no Líbano em 2006 – quanto da Marinha do Brasil – em um segundo momento, com a FTM.

3.3

A saída do Brasil da UNIFIL

O comando brasileiro na FTM na UNIFIL durou nove anos e se encerrou em dezembro de 2020. A participação na operação era composta por quinze países liderados, no âmbito marítimo, pelo Brasil. As atividades de treinamento com a marinha brasileira para atuar com autonomia na sua segurança marítima e protegendo a soberania da região foram encerradas no tempo previsto pela Marinha do Brasil. De acordo com o contra-almirante brasileiro Sérgio Renato Berna

Salgueirinho, os resultados foram satisfatórios mesmo com o cenário pandêmico. A Fragata que foi desancorada do Líbano foi a F-44, a Fragata Independência que servia como o Navio-Capitânia da FTM com navios de outras nas águas libanesas, como: marinhas de Bangladesh, Indonésia, Alemanha, Grécia e Turquia. O bastão da liderança da FTM, será passado para a marinha alemã. Ao longo da missão marítima, 4 mil brasileiros das Forças Armadas atuaram na UNIFIL e foram usados 18 navios da Força Naval do Brasil (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2021).

De acordo com o Ministério da Defesa¹¹, a saída do Brasil se dá por dois motivos: *primeiro*, devido a uma priorização do país pelo entorno estratégico; *segundo*, devido à dificuldade de manter esses navios operando em boas condições, uma vez que são embarcações muito antigas. Essa priorização do atual governo de Bolsonaro em concentrar forças no Atlântico Sul pode ser uma perda para a construção diplomática do Brasil no Oriente Médio. Isto porque, a saída torna o país mais isolado dessas áreas de conflito e volta a política externa para dentro. O desfecho de retirada da FTM se dá, ainda, pelos cortes de investimento previstos no Ministério da Defesa. De acordo com Barbosa (2020), em 2016 o Brasil destinou R\$199,6 milhões para as missões de paz e em 2020, o valor caiu para R\$68 milhões. Finalmente, em 2021 a expectativa é de um investimento de R\$24 milhões¹².

Apesar da saída do país, em 2021, o CSNU prorroga por mais um ano o mandato da UNIFIL por meio da adoção da Resolução nº 2.591 até agosto de 2022. O objetivo da missão permanece o apelo para que Israel e o Líbano apoiem um cessar-fogo permanente e uma solução de longo prazo baseado nos princípios e elementos estabelecidos na Resolução nº 1.701 de 2006. A unanime resolução condena as violações tanto por via aérea como terrestre, apelando para que todas as partes respeitem a cessação das hostilidades. Além disso, incentivou Israel a acelerar a retirada de seu exército do norte de Ghajar a fim de responder à coordenação da UNIFIL. A resolução ainda reafirma a necessidade de um posicionamento efetivo das Forças Armadas do Líbano no sul do país, especialmente em suas águas territoriais – onde está sua FTM (ONU, 2021, p. 2). O Conselho e a admissão da resolução incentivam que:

¹¹ Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/nota>>

¹² CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/com-saida-do-libano-brasil-ficara-sem-missoes-de-paz-pela-1-vez-em-21-anos/>>

(...) todas as partes a respeitem escrupulosamente suas obrigações de respeitar a segurança da UNIFIL e de todo pessoal das Nações Unidas, reiterando seu apelo para a rápida finalização da investigação do Líbano sobre todos os ataques contra a Missão, notadamente os incidentes de 4 de agosto de 2018 e 10 de fevereiro de 2020 (ONU, 2021).

A saída das tropas brasileiras não significa a extinção da presença militar nas forças de missão de paz, uma vez que capacetes azuis brasileiros ainda atuam em missões individuais como observadores, por exemplo.

O fator diplomático que também contribuiu para a saída dos militares do país da missão no Oriente Médio, era a figura do ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo dado sua postura patriótica e pouco multilateral. A imagem e a lógica de política externa de Araújo circundam uma onda isolacionista no campo multilateral nas relações internacionais. O argumento por parte da Marinha de que é preciso priorizar as ações no Atlântico Sul realçam as impressões da política externa do governo Bolsonaro: voltar a atenção e a política para os arredores do país. Neste momento, os conflitos a agenda de potência média responsável e influência no Oriente Médio deixa de fazer parte das prioridades da política externa do governo atual.

De um lado, analistas internacionais, acadêmicos, políticos e militares acreditam que a saída da UNIFIL pode prejudicar a imagem do país dado o histórico de engajamento em operações de manutenção da paz, uma vez que sua retirada demonstraria um desinteresse nas questões de conflito internacional e influência no sistema. Do outro, atores que defendem a saída como uma medida necessária para alinhar a política externa aos novos problemas e ameaças que o país precisa engajar e investir, de modo que alegam já ter contribuído por muito tempo nas operações de paz – não só com capital financeiro, mas com capital humano.

Conclusão

A presença da liderança da Marinha no Brasil na UNIFIL e na capacitação de outros militares no Líbano, foi um avanço em matéria de influência e status de potência média responsável, uma vez que os aparatos diplomáticos se desdobraram para alcançar o reconhecimento internacional na região do Oriente Médio. O convite da ONU, a liderança de uma Força Marítima e o desempenho satisfatório

da Marinha do Brasil, são elementos fundamentais para a reflexão de que os aparatos militar e diplomático funcionaram na agenda de política externa do país.

O envolvimento entre os dois países é de longa data e suas relações diplomáticas marcantes dizem respeito ao reconhecimento. Primeiro, por meio do reconhecimento da independência do Líbano e, em segundo, a embaixada do Brasil no Líbano. Dessa forma, a conexão política entre as duas partes parece se fortalecer ao passar dos anos. Somado a isso, o engajamento militar funciona também como mais uma via de relação entre brasileiros e libaneses. A comunidade libanesa em território brasileiro chama atenção para os esforços históricos do Brasil durante as guerras civis libanesas. Nesse sentido, além do envolvimento militar estratégico, ainda há um braço humanitário e cultural – dados os laços culturais de libaneses no Brasil e brasileiros no Líbano.

A imagem do Estado brasileiro como potência média responsável se consolida na tentativa de exercer influência por meio de uma operação de paz em uma região vulnerável do sistema internacional. Sendo assim, os dois elementos: UNIFIL e Líbano, se colocam como os dois objetos que levam o Brasil a promover seu portfólio de influência na ordem internacional. No entanto, como caracteriza-se como potência *média*, é incapaz de fazer isso fora dos auspícios da UNIFIL, uma vez que na missão de paz ele possui a parceria estratégica da ONU e de outros países engajados com a operação.

Portanto, o envolvimento na UNIFIL permite uma experiência e compartilhamento de técnicas para o policiamento libanês e, ainda, promove uma política externa pacifista e responsável. A ação do Brasil, então, em dois níveis acaba por cumprir seus objetivos em território – e mar – libanês: primeiro, protegendo seus interesses estratégicos para si; segundo, garantindo o reconhecimento internacional como potência média responsável.

Referências Bibliográficas

ADLER-NISSEN, Rebecca; ZARAKOL, Ayse. (Accepted/In press). **Struggles for Recognition: The Liberal International Order and the Merger of its Discontents.** International Organization, 75. Cambridge University Press: 2020, p. 611-34.

_____. **Hierarchies in World Politics In.** Opting Out of the European Union: Diplomacy, Sovereignty and European Integration. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2015.

AMORIM, Celso. *Teerã, Ramalá e Doha: memórias da política externa ativa e ativa*. São Paulo: Benvirá, 2015.

ANDRADE, Israel O. HAMANN, Eduarda P. SOARES, Matheus A. **A participação do Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas: Evolução, Desafios e Oportunidades**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA: Brasília, 2019.

ANDRADE, I. O.; FRANCO, L. G. A. **As operações de paz como instrumento de política externa do Brasil**. Brasília: Ipea, 2018.

BARBOSA, Anne. **Fora do Líbano, Brasil fica sem tropas em missões de paz pela 1ª vez em 21 anos**. CNN Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/com-saida-do-libano-brasil-ficara-sem-missoes-de-paz-pela-1-vez-em-21-anos/>> Acesso em: 1 nov. 2021.

BARAKAT, Rabie. et al. **The Politics of Sectarianism In Postwar Lebanon**. Londres: Pluto Press, 2015.

BASSAM, Laila. DAHAN, Maha E. **Hezbollah's Nasrallah says Beirut violence was dangerous development**. Reuters, 2021. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/middle-east/lebanons-amal-movement-says-violence-aimed-reignite-internal-strife-2021-10-18/>> Acesso em: 15 out. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. Tradução Renato Aguiar. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BERALDO, Paulo. GODOY, Marcelo. **‘Há desinteresse do Brasil por questões de manutenção de paz’, diz ex-assessor de Kofi Annan**: sob governo de Jair Bolsonaro, País fica sem contingentes em missões de paz das Nações Unidas. Estadão, 2020. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ha-desinteresse-do-brasil-por-questoes-de-manutencao-de-paz-diz-ex-assessor-de-kofi-anan,70003534864>> Acesso em: 4 out. 2021.

BEST, Antony. et al. The 1982 Lebanon War. *In.*: **International History of The Twentieth Century and Beyond**. 2ª ed. Routledge: 2004.

_____. The 2006 Lebanon War. *In.*: **International History of The Twentieth Century and Beyond**. 2ª ed. Routledge: 2004.

BRAGA VIANNA, Carlos Chagas. MARCONDES, Danilo. SILVA ALMEIDA, Antonio Ruy. **The Brazilian participation in UNIFIL: raising Brazil's profile in international peace and security in the Middle East?** Revista Brasileira de Política Internacional: 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**, 2005.

_____. **Manual de operações de paz**. Brasília: Ministério da Defesa, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2NU6wGC>>. Acesso em: 17 de out. 2020

_____. **Mensagem nº402, de 2011**. Aprova o envio de um navio da Marinha do Brasil para compor a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/KbZ1qU>>. Acesso em: 5 de dez. 2020.

_____. Ministério da Defesa. **O Brasil na MINUSTAH**. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-naminustah-haiti>> Acesso em: 2 de ago. 2021.

CANELA, José Luiz Ferreira. **A UNIFIL a sua contribuição para a política externa brasileira**. 51 f. Rio de Janeiro: ESG, 2017.

CASON, Jeffrey W.; POWER, Timothy J. **Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty**. *International Political Science Review*, v.30, n.2, p.117-140, 2009.

CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica**. *Dados*, v. 28, n. 1, 1985.

COSTA, J. C. F. **Contribuições da participação brasileira em operações de paz da Organização das Nações Unidas para a segurança, defesa e desenvolvimento do Brasil**. 2015. Monografia (Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro: 2015.

DAMINT, Rut. **Relações civis-militares**. In.: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (orgs.). **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

DANIEL, Donald C. F. SMITH, Adam C. WILLIAMS, Paul D. **Deploying Combined Teams: Lessons Learned from Operational Partnerships in UN Peacekeeping**. International Peace Institute: 2015.

DEFESANET. **Governo estreita acordos de defesa com o Líbano: ministro Raul Jungman esteve no país para discutir estratégias no âmbito das escolas militares**. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/24009/Governo-estreita-acordos-de-defesa-com-o-Libano>> Acesso em: 1 out. de 2021.

DEKEL, Udi. SIBONI, Gabi. EINAV, Omer. **The Quiet Decade: In the Aftermath of Second Lebanon War, 2006-2016**. Institute National Security Studies: 2017.

DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. 3 ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

DESIDERÁ NETO, Walter A. et all. **A Política Externa em Debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008**. Prefácio de Rubens Barbosa. – Brasília: Ipea: Funag, 2018. 626 p.

DISCURSO do ministro Celso Amorim por ocasião da abertura do curso de Relações Internacionais na Universidade do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 13 de abril de 2009. **Ministério das Relações Exteriores**, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2moyZb1>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

FAB – FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **C-130H Hércules**. Lockheed Aircraft Corporation. Disponível em: <<https://www2.fab.mil.br/musal/index.php/aeronaves-em-exposicao/55-avioes/391-c-130>> Acesso em: 15 de set. 2021.

FEDERHEN, David. **A decade of UNIFIL (United Nations Interim Force In Lebanon): A critical approach to the effectiveness and appropriateness of UN-peacekeeping based on the example of UNIFIL**. Term Paper, Advanced Seminar, 2004, 17 p.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Brasil deve abandonar força de paz no Líbano**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/brasil-deve-abandonar-forca-de-paz-no-libano.shtml>> Acesso em: 24 out. 2020.

FISK, Robert. **Pity the Nation:** Lebanon at War. Oxford University, 2001.

FLÉCHET, Anaís. DUMONT, Juliette. “**Pelo que é nosso!**”: a diplomacia cultural brasileira no século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, nº 67, p. 203-221, 2014.

GIRALDI, Renata. **Brasileiro assume o comando militar naval da missão no Líbano.**

Agência Brasil, 14 fev. 2011. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011>>. Acesso em: 15 out. 2021.

GODOY, Roberto. **Fragata brasileira fará patrulhas no Líbano.** O Estado de São Paulo, 5 out. 2011. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/oriente-medio,fragata-brasileira-fara-patrulhas-no-libano,781282>> Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. **Marinha negocia compra de três navios.** O Estado de São Paulo, 12 dez. 2011b. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,marinha-negocia-compra-de-3-navios-imp-,809835>> Acesso em: 10 abr. 2020.

GOVERNO FEDERAL. **20º Contingente da Operação de Paz no Líbano conclui preparação para ingresso na missão.** Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/noticias/reuniao-de-comando-e-estado-maior-prepara-militares-do-20o-contingente-brasileiro-para-missao-de-paz-no-libano>> Acesso em: 23 out. 2020.

HAMANN, Eduarda P. **On the Brink of Danger:** Preparing civilians from Brazil to work in unstable countries. Igarape Institute: 2017.

_____. **A força de uma trajetória:** o Brasil e as operações da ONU (1947-2015). *Military Review*, jul./set. 2016a. Disponível em: <<https://bit.ly/2mnTdBR>>.

_____. O Brasil e as operações de manutenção da paz: a consolidação de um novo perfil? *In:* NEVES, L. P. (Org.). **Repensando a política externa brasileira:** em busca de novos consensos. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, dez. 2016b. (Cadernos Adenauer XVII, n. 4).

_____. **Os 70 anos de Brasil nas Missões de Paz da ONU (1947-2017).** *In:* Seminário Internacional: 13 Anos do Brasil na MINUSTAH – Lições Aprendidas e Novas Perspectivas, 1. Rio de Janeiro: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais; PUC-RIO, 2017.

HAREL, Amos. ISSACHAROFF, Avi. **34 Days:** Israel, Hezbollah, and the war in Lebanon. Palgrave Macmillan: Estados Unidos, 2008.

HOLDBRAAD, Carsten. **Middle Powers in International Politics.** The Macmillan Press, Londres: 1984.

HOVSEPIAN, Nubar. **The War on Lebanon, A Reader.** Olive Branch Press: 2008.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Why They Died:** Civilian Casualties in Lebanon during the 2006 War. v. 19, n.5 Set, 2007.

INSTITUTO IGARAPÉ. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017):** percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Organizadores: Dra. Eduarda Passarelli Hamann e Cel Carlo Augusto Ramires Teixeira. Edição Especial. 2017.

JABER, Hala. **Hezbollah: Born with Vengeance.** New York: Columbia University, 1997.

JANOWITZ, M. **The Military in the Political Development of New Nations:** an essay in comparative analysis. Chicago: Chicago University Press, 1964.

JOHNSON, David E. **Hard Fighting:** Israel in Lebanon and Gaza. Rand Corporation: 2011.

KENKEL, Kai M. **South America's emerging power: Brazil as peacekeeper.** Journal International Peacekeeping, v. 17, n. 5, p. 644-661, 2010.

_____. **Five generations of peace operations:** from the “thin blue line” to “painting a country blue”. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 56, n. 1, p. 122-143, 2013.

KENKEL, Kai M.; MORAES, Rodrigo. F. **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado:** entre a tradição e a inovação. Brasília: Ipea, 2012.

KEOHANE, Robert. O. **Lilliputians' Dilemmas:** Small States in International Politics. International Organization, v. 23, n. 2. P. 291-310. Cambridge University Press: 1969.

KRISHNASAMY, Kabilan. **‘Recognition’ for Third World peacekeepers:** India and Pakistan. International Peacekeeping, v. 8, n. 4, 2001, p. 56–78.

LEVITT, Matthew. **Hezbollah: the global footprint of Lebanon's party of god.** Washintong: Georgetown University Press, 2013.

LIMA, Sérgio E. M. **A política externa brasileira:** Palestra de abertura da V Conferência sobre Relações Exteriores (CORE). Universidade da Amazônia (UNAMA). Cadernos de Política Exterior, Brasília, DF, ano II, n. 4, 2o semestre 2016. p. 17-28. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI). Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/1186-cadernos-de-politica-externo-ano-2-volume-4.pdf>>. Acesso em: 1 de nov. 2021.

LOPES, Roberta. **Avião da FAB trará amanhã mais 73 brasileiros do Oriente Médio.** Agência Brasil, 2006. Disponível em: <> Acesso em: 20 ago. 2021.

MARINHA DO BRASIL. **Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).** Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil. Disponível em: <marinha.mil.br/cgcfm/unifil> Acesso em: 24 out. 2020.

_____. **Cerimônia de Desincorporação e Despedida do Navio-Capitânia da FTM-UNIFIL é realizada no Líbano.** Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/cerimonia-de-desincorporacao-e-despedida-do-navio-capitania-da-ftm-unifil-e-realizada-no>> Acesso em: 15 de out. 2021.

MEIHY, Murilo. **Os libaneses.** 1 ed. São Paulo: Contexto, 2018, 208p. (Povos e Civilizações)

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Brasil recebe agradecimento da ONU:** o motivo foi a contribuição de militares brasileiros nos esforços das Nações Unidas de manutenção da paz no Líbano. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2021/02/brasil-recebe-agradecimento-da-onu>> Acesso em: 10 nov. 2021.

NORTON, Augustus Richard. **Hezbollah: A Short History.** Princeton University Press, 2009.

_____. **Amal and the Shi'a:** Struggle for the Soul of Lebanon. Austin: University of Texas, 1987.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil.** Clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

NUNES, Juliana César. **Avião que leva ajuda brasileira ao Líbano já está na Turquia.** Agência Brasil, 2006. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2006-08-13/aviao-que-leva-ajuda-brasileira-ao-libano-ja-esta-na-turquia>> Acesso em: 20 ago. 2021.

NYE, Joseph Jr. **Soft Power:** The Means to Success in World Politics. Public Affairs, New York: 2005.

O'BALANCE, Edgar. **Civil War in Lebanon, 1975-1992.** New York: Palgrave Macmillan, 1999.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on the United Nations Interim Force in Lebanon.** Nova York, 13 set. 1978n.

_____. **Beirute, um ano depois:** memórias e lições aprendidas com a explosão no porto. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2021/08/1758782>> Acesso em: 20 out. 2021.

_____. **Boinas-azuis se despedem da UNIFIL após Brasil sair da missão de paz no Líbano.** Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/12/1734842>> Acesso em: 9 de out. 2020.

_____. **Resolution 2539 (2020).** Nações Unidas, Agosto, 2020.

_____. **Resolution 2591 (2021).** Nações Unidas, Agosto, 2021.

_____. **Security Council Extends Mandate of United Nations Interim Force in Lebanon for One Year, Unanimously Adopting Resolution 2539 (2020).** Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2020/sc14289.doc.htm>> Acesso em: 30 de nov. 2020.

_____. **Security Council Extends Mandate of United Nations Interim Force In Lebanon for One Year, Unanimously Adopting Resolution 2591 (2021).** Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2021/sc14617.doc.htm>> Acesso em: 10 de nov. 2021.

_____. **Unifil facts and figures,** under paragraph titled “strength”. New York, 2011g. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unifil/facts.shtml>>. Acesso em: 10 out. 2020.

_____. **UNIFIL Background.** Disponível em: <<https://unifil.unmissions.org/unifil-background>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

ONU, Nicholas. **Recognition and the Constitution of Epochal Change.** *International Relations* 27 (2):121–40, 2013.

PALMA, Marcelo. **A importância da participação do Exército Brasileiro na Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti como forma de projeção do poder e manutenção de sua operacionalidade.** Marcelo Palma. 2018. 60 f.

PATRIOTA, Antonio. **Política externa brasileira, discursos, artigos e entrevistas (2011-2012).** Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

SAAD-GHORAYEB, Amal. **Hizbu'llah: Politics and Religion.** London: Pluto, 2002.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** Tradução Rosaura Eichenberg, 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **Formas Não-Golpistas de Presença Militar no Estado.** *Perspectivas*, São Paulo, 24-25: 115-130, 2002.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (orgs.). **Dicionário de Segurança e Defesa.** São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

SALIBI, Kamal. **A House of Many Mansions: The History of Lebanon Reconsidered.** Berkeley: University of California, 1988.

SCALERCIO, Márcio. A guerra no mosaico libanês. In.: **Oriente Médio: uma análise reveladora sobre dois povos condenados a viver.** Rio de Janeiro: Campos, 2003.

SILVEIRA, Bruna Abreu. **9 anos de comando da Marinha do Brasil nas Missões de Paz da ONU no Líbano (UNIFIL): a saída do Brasil e a Situação na Pandemia.** Instituto Brasileiro de Direito do Mar (IBDMAR), jun 2020. Disponível em: <<http://www.ibdmar.org/2020/06/os-9-anos-de-comando-da-marinha-do-brasil-nas-missoes-de-paz-da-onu-no-libano-unifil-saida-do-brasil-e-situacao-na-pandemia/>> Acesso em: 25 out. 2020.

SPEKTOR, Matias. Por uma nova doutrina de política externa brasileira. In.: BONOMO, Diego et. al. **10 Desafios da Política Externa Brasileira.** Rio de Janeiro: CEBRI, 2016. Disponível em: <<https://www.cebri.org/media/documentos/arquivos/10desafiosdaPEB.pdf>> Acesso em: 18 dez. 2020.

SUZUKI, Shogo. **Seeking 'legitimate' great power status in post-Cold War international society: China's and Japan's participation in UNPKO.** *International Relations*, v. 22, n. 1, 2008, p. 45–63.

PÉAN, Pierre. **História de um massacre anunciado.** *Le Monde diplomatique Brasil*, Acervo Online, 2002. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/historia-de-um-massacre-anunciado/>> Acesso em: 20 de nov. 2020.

RESGATE Líbano. Produção de Força Aérea Brasileira. 2010, 6min38s, son., color. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=PMSJv_CA0sc> Acesso em: 20 ago. de 2021.

VARO, Laura J. **Um sobrevivente de Sabra e Chatila: “Deus vai castigar Sharon”**. El País, 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/12/actualidad/1389542069_079714.html> Acesso em: 10 out. 2020.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/vdmmtM>>.

VILLA, Rafael. A. D.; VIANA, Manuela. T. **Security issues during Lula’s administration: from the reactive to the assertive approach**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 53, n. Especial, 2010.

UNIC – CENTRO DE INFORMAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **ONU tenta reduzir tensão entre Israel e Líbano**. 2010. Disponível em: <<https://unicrio.org.br/onubrasil/unifil/>> Acesso em: 10 nov. 2021.

UNIFIL. **Maritime Task Force’s Role in UNIFIL**. UNIFIL, 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/2JGnMvI>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **Unifil’s Maritime Task Force (MTF) admiral hands over command**. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/NjeC6j>>. Acesso em: 5 out. 2021.

_____. **UNIFIL Mission Profile**. UNIFIL, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2uM4JLe>>. Acesso em: 10 ago. 2020.